



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR

THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES

**DIVERSIDADE SEXUAL: desafios e horizontes enfrentados por docentes de
escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI**

JUAZEIRO - BAHIA

2021

THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES

**DIVERSIDADE SEXUAL: desafios e horizontes enfrentados por docentes de
escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, campus Juazeiro-BA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fulvio Torres Flores
Coorientador: Prof. Dr. Alexandre H. dos Reis

Juazeiro - Bahia

2021

Alves, Thyanne Michelle Ferreira

A474d Diversidade sexual: desafios e horizontes enfrentados por docentes de escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI/ Thyanne Michelle Ferreira Alves. – Juazeiro - BA, 2021.
 xii, 107 f.: il.; 29 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro-BA, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Fulvio Torres Flores.

Banca de defesa: Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior e Prof. Dr. Alexandre Franca Barreto.

Inclui referências.

1. Diversidade Sexual. 2. Educação Sexual. 3. Sexualidade - Ensino. I. Título. II. Flores, Fulvio Torres. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 306.76

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR

FOLHA DE APROVAÇÃO

Thyanne Michelle Ferreira Alves

**Diversidade Sexual: desafios e horizontes enfrentados por docentes de
escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Processos Sociais, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em: 20 de agosto de 2021.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Fulvio Torres Flores



Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior



Prof. Dr. Alexandre Franca Barreto

Dedico este trabalho à minha mãe, que tanto amo, mulher determinada e otimista que lutou para educar e formar os filhos com poucos recursos disponíveis. Ela me ensinou a ser uma pessoa perseverante para conquistar meus propósitos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Supremo pela existência e de ter a oportunidade de viver e trilhar por caminhos favoráveis a obtenção de conhecimentos e habilidades que me possibilitam ser uma pessoa melhor a cada dia.

Ao meu irmão, Marcel, pelo simples fato de existir e podermos compartilhar nossos sonhos e realizações e a sua esposa Samira por dividirmos e somarmos alegrias a cada momento.

Ao meu companheiro de vida, Josué, por incentivar os meus estudos e contribuir com sua experiência profissional. No propósito de me ajudar teve bastante paciência e compreensão durante todo o processo de construção desta investigação.

Aos meus amigos/as, em especial a Juliana, Iris e Flaviana, pela parceria e carinho fortalecidos ao longo dos anos.

À UNIVASF por ofertar este curso de mestrado e pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional. Agradeço aos colegas de trabalho, os bibliotecários Lucidio Alencar e Ana Paula Lopes pelas orientações e apoio durante a trajetória desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela possibilidade de obtenção de variados conhecimentos para uma formação interdisciplinar.

Ao meu orientador, Fulvio Torres Flores, pelos ensinamentos e disponibilidade em colaborar com este estudo que não se limita a obtenção de um título, mas que busca cultivar valores e atitudes baseados na equidade entre os sujeitos.

Aos professores, em especial, Delcídes Marques, João Alves e Alexandre Barreto, pela gentileza em aceitar participar e contribuir para a realização deste trabalho.

Aos colegas de mestrado da Turma R4, dos quais menciono, Abdianne, Adriana, Alane, Anderson, Bruno, Dalete, Dora, Edmilson, Gabriella, Geisa Luiza, José Henrique, Carlos Henrique, Samuel Horácio, Samuel Caffé, Jamerson, Jamilli, Lidiane, Luana, Lucas, Maira, Rita, Rogério, Rumana, Seonara, Judenilton, Luiza, Naara, dentre tantos outros, que com suas experiências e histórias de vida compartilhadas me proporcionaram momentos de muitos aprendizados.

A Rita de Cássia Paiva Souza Ribeiro, da sala do Conselho Municipal de Educação do município de São Raimundo Nonato-PI, pelo apoio e as informações prestadas para fundamentar este estudo.

As educadoras Luciana Paes Landim de Sousa e Joseci Xavier da Silva Assis e aos professores/as das escolas pesquisadas que aceitaram gentilmente em participar deste estudo.

Aos profissionais da educação, Ana Risélia Sousa Ferreira, Itamar Soares Oliveira e Natalia Serafim da Silva por terem aceitado o convite para serem colaboradores do produto final desta dissertação. Este material informativo foi elaborado com dedicação e respeito à diversidade sexual e aos variados públicos que tenham interesse pelo assunto.

Por fim, agradeço ao Caio Brandão, pelo apoio no aperfeiçoamento da cartilha para realçar ainda mais a qualidade deste trabalho.

“Sim, somos diferentes, é aí que mora a liberdade de Ser...”
(Mycaella Bezerra, licencianda em Ciências Sociais na Univasf.)

RESUMO

A sexualidade é um assunto do cotidiano e na escola esta temática faz parte do convívio escolar seja de forma implícita ou explícita. Assim, para se discutir as relações afetivo-sexuais na educação, é preciso compreender como a escola trata o tema da diversidade sexual na construção dos saberes. Esta investigação visa analisar a percepção dos/as docentes que lecionam no ensino fundamental II de escolas rurais do município de São Raimundo Nonato-PI, sobre a temática da diversidade sexual e a pertinência deste tema para as práticas pedagógicas. A questão fundamental da pesquisa é: quais as implicações e desafios da ação educativa diante de questões relacionadas à diversidade sexual em escolas rurais, cujos espaços podem dispor de profissionais da educação com preceitos heteronormativos? O processo técnico utilizado foi o levantamento de campo (*survey*) e para a obtenção dos dados da pesquisa foi efetuada a aplicação de um questionário semiestruturado, enviado por mensagem de correio eletrônico, destinado aos professores/as. Os resultados obtidos apontam que as instituições educacionais estudadas apresentam uma carência de ações direcionadas para a temática diversidade sexual e assuntos relacionados a educação sexual nas atividades escolares. Neste contexto, compreende-se que o ensino do universo da sexualidade pode ser incluído nas atividades escolares, por estarem de acordo com as normativas propostas para o aprendizado no sistema educacional brasileiro, pela pertinência dos assuntos para a formação escolar dos/as estudantes, bem como pelo interesse do público-alvo pela temática da diversidade sexual durante a realização da pesquisa. Já em relação ao produto final, uma cartilha foi elaborada com a colaboração de profissionais da área de educação e se destina a orientar os/as educadoras das escolas analisadas para as práticas de ensino. Dentre as referências utilizadas no embasamento teórico da pesquisa, podemos citar autores como Butler (2016), Facchini (2009 e 2011), Figueiró (2009), Junqueira (2008), Lanz (2014), Louro (1997), Mott (2001, 2006 e 2007), Silva Junior (2014), Silva (2015) e Vianna (2018).

Palavras-chave: sexualidade; educação; docência.

ABSTRACT

Sexuality is a commonplace issue and the school this subject is part of the environment school, both in implicit and explicit forms, in this way, to discuss the affective-sexual relations in the alternative ways in the education is to seek understand how school deal with the sexual diversity theme at the knowledge construction. This investigation aims to analisys the teacher's perception that teach at primary school II at rural schools in the São Raimundo Nonato - PI district, about the sexual diversity issue and the relevance of this theme to the pedagogical practices. The research fundamental question is: what the implications and challenges of the educational action related to the sexual diversity at rural schools, this spaces can support by education professionals with heteronormative precepts? The technical process used was the survey method and to obtain the research data was made by the a on line mix questionnaire aplicacion, sent by e-mail, directed to the teachers. The results obtained evidenced that the educational institutions searched show a lack of actions directed to the sexual diversity issue and subjects related to the sexual education at school activities. In this context, is understood that both the sexual diversity teach and the suxuality universe are questions that could be inserted at the pedagogical practices, due to be according to the normative proposed to the basic education learnig, by relevance about the themes to the students school formation, as how the interest to the respondents by the sexual diversity theme during the process of the research. As final product, was elaborated a booklet with the educational professionals collaboration and the goal is to guide educators at schools researched to teach practices. Among the references used in the research theoretical foundation, we could cite as Butler (2016), Facchini (2009 e 2011), Figueiró (2009), Junqueira (2008), Lanz (2014), Louro (1997), Mott (2001, 2006 e 2007), Silva Junior (2014), Silva (2015) e Vianna (2018).

Keywords: sexuality; education; teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Edição nº 37 do jornal <i>Lampião da Esquina</i>	23
Fotografia 1 – Unidade Escolar Joaquim Horácio Ribeiro	61
Fotografia 2 – Unidade Escolar Inocêncio Pereira de Carvalho	61
Mapa 1 – Município de São Raimundo Nonato	63
Gráfico 1 – Qual a sua identidade de gênero?	66
Gráfico 2 – Como educador (a), você se sente preparado (a) para resolver situações em sala de aula quando o assunto está relacionado a questões sobre diversidade sexual?	68
Gráfico 3 – Você já trabalhou em suas aulas a temática diversidade sexual, utilizando recursos diversos como, por exemplo, discussões a partir de imagens, debates de filmes, dinâmicas, roda de conversa com os alunos, etc.?	69
Gráfico 4 – Você acha importante trabalhar em sala de aula o preconceito e as práticas discriminatórias?	73
Gráfico 5 – Em sala de aula ou no intervalo de aula, você já presenciou alguma situação, em que um (a) aluno (a) foi alvo de preconceito ou discriminação, por apresentar comportamento distinto do considerado culturalmente correto (heterossexual)?	74
Quadro 1 – Atividades (2019-2021/24 meses)	102
Quadro 2 – Orçamento financeiro para a realização da pesquisa	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSH	Brasil sem Homofobia
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Desenvolvimento da Educação Básica
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexuais, Agêneros e Assexuados
MDH	Ministério de Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PI	Piauí

PMEDH	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede de Educação para a Diversidade
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SP	São Paulo
SRN	São Raimundo Nonato
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Panorama da investigação	16
2 BREVE HISTÓRICO DA DIVERSIDADE	20
2.1 Múltiplos olhares da sexualidade: a construção das siglas	24
3 A PLURALIDADE NAS QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE	28
3.1 Considerações sobre a sexualidade de forma alternativa	31
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL	37
4.1 As políticas educacionais para LGBTQIA+	44
5 PERCEPÇÕES E RUMOS DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO	50
5.1 A educação sexual na escola	52
5.2 A Pluralidade na escola	55
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
6.1 Descrição do Estudo	60
6.2 Contextualizando o espaço da pesquisa	63
7 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO RURAL EM DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO)	66
8 PRODUÇÃO DA CARTILHA <i>CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO</i>	79
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – Questionário Aplicado aos Educadores/as de Escolas Rurais ...	96
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	100
APÊNDICE C – Cronograma de Execução	102
APÊNDICE D – Planilha Orçamentária	103
ANEXO A – Comprovante de Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa	104

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos que estruturaram há anos a matriz familiar do Brasil secular estavam baseados nos preceitos patriarcais, em que o homem era o representante e com a mulher e os filhos formavam a família. Na estrutura social do Brasil Colônia, a família patriarcal ocupou lugar de destaque.

Segundo Prado Junior (2011) o prestígio dado aos grandes proprietários sujeitava até a Igreja e o Clero à dependência do domínio dos senhores rurais,

colocado assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de todas as aristocracias: riquezas, poder, autoridade. A que se unirá a tradição, que a família patriarcal, com a autoridade absoluta do chefe, dirigindo e escolhendo os casamentos, assegura. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 307).

Neste sentido, o patriarcalismo constituiu-se numa forma de poder social, concentrado em uma parcela da sociedade e que dominava a vida cotidiana da colônia brasileira. É relevante mencionar o papel desempenhado pelo homem durante a formação social do Brasil e como é possível associá-lo aos termos poder e autoridade.

Outro fator existente nesta discussão é a necessidade de povoamento nas colônias, através do crescimento demográfico exercido por meio das formações familiares. Contrapondo-se a este raciocínio, a homossexualidade romperia com os ideais de expansão populacional. Segundo Mott (2001) evidencia-se no processo de colonização uma ideologia da homofobia quando relacionada ao projeto demográfico da procriação pois

também no Novo Mundo, como sucedeu na Idade Média, o amor homossexual foi duramente reprimido por constituir deletéria ameaça à estabilidade da família tradicional, na medida em que minava perigosamente a autoridade patriarcal no tocante ao controle das estratégias de aproximação dos sexos e a constituição de novas unidades familiares. (MOTT, 2001, p. 58).

A homossexualidade contrariava o conceito de família e moral presentes na estrutura social da época, além de não se adequar aos costumes tidos como adequados pela aristocracia e a igreja. A permanência da ordem significava a repressão a este tipo de conduta durante a formação social do Brasil.

Segundo Del Priore (2011), nas décadas de 1920 e 1930 os termos “imoral” e “anormalidade” associado aos indivíduos homossexuais, permaneceram alimentando a homofobia que começou a se instaurar na organização social do país em séculos anteriores. Já os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo eram vistos pela sociedade como “doença” que de acordo com a autora poderia ser, dentre tantos diagnósticos, um comportamento esquizofrênico e deveriam estar sujeitos aos mais variados tratamentos. Assim, pergunta-se

e os homens que amavam homens e as mulheres que amavam mulheres? Discretos quando não perseguidos e vítimas de toda a sorte de preconceitos, esses grupos tiveram que viver seu amor nas sombras, pelo menos até os anos 60. Não faltaram indicações de tratamentos médico-pedagógicos que, junto com a religião, eram tidos como remédios para a ‘inversão sexual’. O transplante de testículos, por exemplo, era uma dessas ‘receitas científicas’ para o ‘problema’. (DEL PRIORE, 2011, p. 169).

Nesta perspectiva, a homossexualidade continuou a ser um assunto discreto e a liberdade de viver nos espaços público e privado da forma que desejasse, significava estar disposto a conviver com o preconceito. A década de 1960 e as discussões posteriores sobre a homossexualidade ampliaram os conhecimentos para além de uma “inversão sexual” necessária. Os comportamentos e costumes que ditavam as regras sociais não foram suficientes para impedir o alvorecer da diversidade sexual no país.

As normas de conduta pertencentes às raízes coloniais ultrapassaram os séculos e trouxeram à cultura do Brasil contemporâneo um pensamento predominante na sociedade atual, a heteronormatividade. Conforme Braga (2012) o preceito heteronormativo é um posicionamento em que se acredita que a norma correta a ser seguida nas relações (sociais, afetivas e sexuais) é a heterossexual, as demais formas de sexualidades que não se ajustam a esta ordem estão na condição de indivíduos definidos como anormais e ameaçadores.

Deste modo, a ordem social se adéqua à heteronormatividade como possibilidade legítima para os relacionamentos, estabelecendo um padrão do qual definem-se a

heterossexualidade compulsória (obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto) e na heteronormatividade (enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo). (PINO, 2007, p.160).

Considerando-se que o comportamento normativo heterossexual é aceitável na sociedade e determina a condução da população a seguir este conceito como uma verdade, em quais condições, neste contexto, estão os indivíduos que não se enquadram neste padrão, ou seja, os sujeitos não heteronormativos? Diante deste questionamento é possível perceber a complexidade da discussão do Ser sexual em um país diversificado culturalmente e ao mesmo tempo sujeito a modelos sociais arcaicos.

Partindo deste princípio percebe-se que a diversidade é um debate inevitável para se compreender as disparidades sociais/sexuais, elencarmos alternativas e avançarmos por novos rumos. Assim, para um melhor entendimento sobre as pluralidades existentes em nosso país podemos mencionar alguns setores que formam a sociedade e que apresentam elementos reflexivos no intuito de estabelecer um diálogo entre diversidade e sociedade, são estes: saúde, segurança, justiça e educação. Esta pesquisa dedica-se a uma análise da diversidade sexual na educação, mas também faz menção a outros setores que formam o meio social e que de certa forma acabam possibilitando aproximações com a temática deste estudo.

Pretendeu-se alcançar com a realização da pesquisa o objetivo geral: analisar a percepção dos/as docentes sobre a temática da diversidade sexual no âmbito educacional rural do município de São Raimundo Nonato (SRN), no estado do Piauí (PI) para elaboração de uma cartilha com orientações aos docentes das escolas, produto final do mestrado. Este produto buscou estimular os/as profissionais da educação a ampliar o respeito à diversidade sexual e à liberdade de gênero nas escolas. No que tange aos objetivos específicos teve as seguintes pretensões: identificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas Rurais de São Raimundo Nonato elementos ou temas relativos à diversidade de gênero e sexual, avaliar a percepção e a postura dos/as docentes perante o tema, e por último, incentivar a discussão da valorização e o respeito à vivência da sexualidade em todas as suas formas nas escolas.

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e contempla um levantamento bibliográfico. A coleta de dados se deu por meio do procedimento técnico levantamento de campo (*survey*) e a aplicação do questionário foi destinada aos docentes de escolas rurais que lecionam na educação básica.

Estas informações sobre a metodologia da pesquisa serão abordadas de forma detalhada mais adiante.

A proposta de analisar a diversidade sexual no âmbito educacional surgiu de inquietações observadas no meu cotidiano profissional em uma Universidade Federal, com sede no Pernambuco, neste espaço percebi que na Instituição de ensino pode ocorrer a liberdade de expressão caminhando ao lado das práticas discriminatórias. A fim de esclarecer a importância desta discussão pode-se inferir que

a diversidade desmistifica lugares comuns, estereótipos e preconceitos. Ela nos faz avançar criticamente, sobretudo em relação a nós mesmos. A educação *na/para/pela* diversidade é um fator poderoso para o aprofundamento do *conhecimento recíproco* e para o *auto-conhecimento*. (Afinal, o que realmente sabemos sobre 'essa gente' e sobre 'nós'? Que mistificações cultivamos acerca de nós mesmos a partir do que julgamos serem os 'outros?'). (JUNQUEIRA, 2008, p.218, grifo do autor).

Enfim, a relevância desta pesquisa está na reflexão crítica dos valores sociais do qual fazemos parte, da percepção do espaço escolar acolhendo as múltiplas formas de expressão da sexualidade e ausente de estereótipos, bem como contribuir para a produção do conhecimento isento de preconceitos e contribuindo para a equidade social.

1.1 Panorama da investigação

No decorrer das pesquisas envolvendo os temas educação, diversidade sexual, bem como discriminação e preconceito às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Agêneros e Assexuados (LGBTQIA+) no meio rural foi constatada uma carência de estudos acadêmicos que pudessem fundamentar a discussão da diversidade sexual nas escolas rurais. As fontes utilizadas para a realização das pesquisas foram, especialmente, o acesso remoto à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como consultas à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Conforme Gontijo (2015) no âmbito das Ciências Sociais, a respeito dos estudos rurais no Brasil, possivelmente os pesquisadores acabam dando relevância

à política e à economia da sociedade camponesa, fator este, que provoca uma ausência de investigações sobre a

sexualidade e, mais particularmente, a diversidade sexual e de gênero e as práticas sexuais que podem se tornar marcadores sociais da diferença nas pesquisas sobre o mundo rural não teriam se transformado em objetos de estudo *per se* por diversas razões, não necessariamente por uma suposta incapacidade dos pesquisadores em perceber sua importância para a compreensão das relações sociais marcadas pelas ruralidades. (GONTIJO, 2015, p. 151, grifo do autor).

Assim, apesar das limitações de conteúdos sobre o assunto, busca-se apresentar uma discussão necessária ao meio acadêmico e social que contribua para os estudos da diversidade sexual em escolas rurais.

Diante da necessidade de discutir a educação, voltada para a diversidade nas escolas públicas brasileiras, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) publicou, sob a coordenação do prof. José Afonso Mazzon, o Relatório Analítico Final do Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar em 2009, com a constatação que o preconceito faz parte do ambiente escolar no Brasil.

Neste contexto, Mazzon (2009) abordou na pesquisa os conhecimentos de situações de bullying em escolas urbanas e rurais pelo corpo técnico e administrativo e observou que

a maior diferença entre escolas rurais, urbanas das capitais e urbanas do interior também se refere ao bullying no qual as vítimas são homossexuais, com 10% para a média do índice de conhecimento de tais situações nas escolas urbanas das capitais, 7% em escolas urbanas do interior e 3% nas escolas rurais. (MAZZON, 2009, p. 134).

Neste contexto, nota-se a existência do bullying no ambiente escolar direcionado aos indivíduos homossexuais e que a escola reconhece este problema. Assim, comunidade escolar deve trabalhar a importância do respeito e da aceitação as diferenças sexuais, envolvendo toda a comunidade escolar.

Todos são sujeitos de direitos, incluindo-se as minorias sexuais, que devem ser tratadas com dignidade e igualdade nos espaços de educação formal e fora deste. Se torna importante a realização de pesquisas para analisar as relações sociais nas escolas e a implementação de Políticas contra a violação dos direitos de estudantes sexualmente diversos e do bullying como mecanismos para mitigar o preconceito e a discriminação no espaço escolar.

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais (ABGLT) foi efetuada com adolescentes e jovens que se consideravam lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), e que no ano de 2015 frequentaram o ensino básico no Brasil.

No que tange às características das escolas dos participantes, podemos enfatizar que na pesquisa houve somente um percentual de 2,8% das escolas rurais, ou seja, o maior percentual do estudo se deu na área urbana (74,5%), já em relação à macrorregião, os participantes da pesquisa residentes no Nordeste (Alagoas, Bahia; Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe) foi de um percentual de 14,8%, enquanto o maior percentual de pesquisados concentrou-se na região Sudeste (52,4%). Vale ressaltar que o resultado da pesquisa não foi determinado por região ou estado, assim, os dados obtidos se apresentam como uma realidade geral do Brasil.

No que se refere aos resultados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), a respeito de comentários preconceituosos, ou seja, LGBTfóbicos os dados apontaram que

um quinto dos estudantes LGBT que costumavam ouvir comentários LGBTfóbicos na instituição educacional (21,7%) relataram que esses tipos de comentários eram feitos pela maioria dos seus pares. Ademais, mais de dois terços (69,1%) dos/das estudantes relataram que já ouviram comentários LGBTfóbicos feitos por professores/as ou outros/as funcionários/as da instituição educacional. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2016, p.31).

Os comentários preconceituosos praticados por docentes favorecem um clima de tolerância a este tipo de conduta exercida no espaço escolar, neste sentido, existe a necessidade de se discutir a Educação para a Diversidade nas escolas, a fim de reduzir as desigualdades e implementar ações efetivas contra a violação dos direitos dos indivíduos sexualmente diversos.

O estudo intitulado Produção de Sentidos sobre Diversidade Sexual por Jovens Rurais (2018) foi realizado com estudantes entre 15 e 29 anos, residentes em comunidades rurais e que são alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)-Campus São Paulo do Potengi. De acordo com a autora os resultados demonstraram que a discussão da diversidade sexual é algo novo no meio rural e ao mesmo tempo despertou nos jovens curiosidades sobre o assunto. Na pesquisa realizada é possível observar que existem fatores que acabam gerando barreiras e as

construções sociais e históricas, atravessadas pelas relações de poder, impedem, de acordo com os jovens, o sentir, bem como as expressões e vivências das diversas sexualidades no contexto rural, de modo que a diversidade sexual aparenta ser novata nesse território em virtude de concepções conservadoras que desenvolvem e difundem discursos enquanto normas. (PRIMO, 2018, p.168).

Desta forma, a liberdade de expressão das múltiplas formas de sexualidade acabam sendo reprimidas pelos valores socialmente construídos, pois a heteronormatividade associada ao machismo não possibilita que os jovens se reconheçam dentro do universo da diversidade. Logo, a participação da escola neste processo de emancipação dos/das estudantes é importante para se edificar uma sociedade justa e capaz de romper com padrões socialmente construídos.

2 BREVE HISTÓRICO DA DIVERSIDADE

A necessidade de organização dos grupos homossexuais é indispensável para se discutir demandas sociais, reivindicar direitos civis e a liberdade de frequentar os espaços públicos sem discriminação. Para Green (2003) na América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960 houve uma dificuldade de efetivar a organização política de resistência a favor da homossexualidade. Já nos Estados Unidos e na Europa o contexto se configurou de forma diferente, os grupos conseguiram se articular contra o preconceito à homossexualidade.

Em uma análise à conjuntura política é possível observar conflitos internacionais como a Guerra Fria (1947-1991) e a Guerra do Vietnã (1955-1975) que não se distanciavam dos aspectos sociais e culturais dos povos. Desta forma, a organização da população, por meio de movimentos se tornou um instrumento de luta por direitos, assim

não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Os fatores carências, legitimidade de demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política. (GOHN, 2000, p. 13)

Assim, a formação de grupos reivindicatórios de necessidades específicas, a exemplo dos direitos ao público sexualmente diverso, bem como interesses e insatisfações perante a sociedade, impulsionaram a criação dos movimentos sociais.

De acordo com Gomes e Zenaide (2019) no decorrer do século XX, nos Estados Unidos, surgiu um movimento em prol dos direitos dos homossexuais e que

por volta de 1950, se formou a *Mattachine Society*, uma organização política semiclandestina de gays e lésbicas que visava à integração dos homossexuais na sociedade, pois considerava-se que era dado um *status* socialmente marginal ao segmento. (GOMES; ZENAIDE, 2019, p. 5, grifo do autor)

Neste sentido, os valores morais da sociedade bem como o contexto político da época favoreceram uma consciência política, social e emancipatória de direitos, bem como uma necessidade de reivindicar a visibilidade das minorias sexuais. Os confrontos dentro da sociedade preconceituosa, a favor da liberdade em suas

múltiplas formas de expressão foram se estabelecendo contra a violência e a homofobia.

Nos Estados Unidos, a resistência ao preconceito e a luta pelos direitos individuais das comunidades sexualmente diversas foi marcada por um episódio em Nova Iorque. No bar *Stonewall Inn*

naquela noite, a atmosfera era alegre, com uma multidão diversificada de clientes sorrindo e dançando. No entanto, o humor mudou de repente quando oficiais de polícia da cidade de Nova York entraram pela porta da frente. Conversas animadas rapidamente se tornaram em gritaria e empurrões. Próximo, em uma mostra visível de discriminação social, a polícia começou a agir agressivamente, removendo as pessoas do local usando força física e violência. Pessoas ouviram o tumulto e juntaram-se ao redor do bar Stonewall ao lado da rua no Christopher Park. Seguindo essa manifestação de solidariedade e resistência foram vários dias de protestos exigindo os direitos individuais e da comunidade LGBT. (VARGA; BECK; THORNTON, 2019, p. 34, tradução nossa) ¹

O fato ocorrido em 28 de junho de 1969, no bar *Stonewall Inn* entre homossexuais e a polícia americana - período onde havia violência e repressão à pessoas LGBT - foi considerado um marco na luta contra a discriminação e a favor do respeito à diversidade sexual.

A chamada rebelião de *Stonewall* instiga até os dias atuais as paradas do orgulho LGBTQIA+ pelo mundo. O evento se torna um ato público para reivindicar os direitos e comemorar as conquistas políticas e sociais. É preciso pensar as transformações provocadas após a rebelião e as ações a serem adotadas contra as Instituições que favorecem o desrespeito, a falta de inclusão e contrárias à autonomia dos sujeitos (WYLLYS, 2014).

De acordo com Ferrari (2004), o movimento gay no Brasil organizou-se inicialmente no final da década de 1970 e começo dos anos de 1980. O processo de produção de uma identidade coletiva homossexual para o surgimento de grupos estruturados teve além da participação do movimento gay,

outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações

¹ No original: that night, the atmosphere was jovial, as a diverse crowd of patrons smiled, laughed, and danced. However, the mood abruptly changed once New York City police officers stormed through the front doors. Upbeat conversations quickly gave way to shouting, screaming, and shoving. Next, in a blatant display of social discrimination, police began acting aggressively, forcibly removing people from the premises. [...] People heard the commotion and gathered around the Stonewall Inn and across the street in Christopher Park. Following this manifestation of allyship, solidarity, and resistance were several days of protests demanding rights for LGBT individuals and communities. (VARGA; BECK; THORNTON, 2019, p. 34)

demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam. (FERRARI, 2004, p. 105).

As insatisfações políticas e a desigualdade social foram marcadas por reivindicações das minorias por espaços na sociedade, como a organização dos movimentos feministas, contra a discriminação racial e a homofobia.

Neste sentido, o país vivenciava o regime da ditadura militar que perdurou durante 21 anos, entre os anos de 1964 a 1985. O período ditatorial foi marcado pela repressão para se manter uma “ordem” e os valores morais, assim,

o aparato de repressão montado pela ditadura civil-militar de 1964, como se sabe, foi dirigido, explícita e predominantemente, contra os ‘subversivos’ e ‘comunistas’. Mas os golpistas foram além! Montaram também um aparato de controle moral contra os comportamentos sexuais, tidos como ‘desviantes’. Assim, homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas ‘perversas’, ou ‘anormais’, foram alvo de perseguições, detenções arbitrárias, expurgos de cargos públicos, censura e outras formas de violência. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [20--], p.1).

A reivindicação pelos direitos civis e a luta por reconhecimento e respeito em uma sociedade opressora e heteronormativa favoreceram o surgimento e fortalecimento de grupos a favor da liberdade e dos direitos sexuais. Segundo Conde (2004, p. 252-253), estes grupos organizados na sociedade civil estavam “contrapondo-se a alguns aspectos da cultura dominante, apresentava-se uma contracultura que solapava a moralidade e o etnocentrismo que impõem padrões morais e sociais às minorias sexuais e étnicas.”

A necessidade de romper com o modelo hegemônico de cultura favoreceu a criação de um meio de comunicação na sociedade que falasse ao público sobre sexualidade, assim, surgiu o jornal *Lampião da Esquina*. O jornal publicou conteúdos relacionados ao feminismo e às lésbicas, mas as matérias em sua maioria eram relativas à homossexualidade masculina (CONDE, 2004).

A publicação de um jornal homossexual brasileiro, em abril de 1978 no Rio de Janeiro contendo na capa da edição experimental-número zero, a frase “Mas qual é o crime deste rapaz?” evidenciou a necessidade de tratar o tema da homossexualidade, bem como a perseguição instalada durante a ditadura contra um jornalista. Desta forma, a repressão ao direito de liberdade se deu pelo fato do

colunista mais lido da Última Hora de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal, Celso Guri, o rapaz da ‘Coluna do Meio’, foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de ‘contenção de despesas’. A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que ousou transformar em assunto diário do

jornal um tema até então considerado tabu: o homossexualismo. Por causa disso ele também foi incurso no Art. 17 da Lei de Imprensa – ‘ofender a moral e os bons costumes’ - e, processado, poderá ser condenado a um ano de prisão. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 6).

O *Lampião da Esquina* teve sua última edição em 1981, ainda no período do regime militar no Brasil. Abaixo, tem-se a edição nº 37, última publicação do jornal, que traz imagens provocadoras aos padrões considerados adequados, bem como faz um questionamento em duplo sentido: “VIADO GOSTA DE APANHAR?”.

Figura 1 – Edição nº 37 do jornal *Lampião da Esquina*



Fonte: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX)

O surgimento do movimento homossexual é uma resposta à discriminação e ao preconceito, bem como a favor da igualdade e respeito à diversidade. Conforme Facchini (2011) as discussões que fortaleceram os grupos militantes teve início com o primeiro encontro de homossexuais na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1979. Dentre as deliberações tem-se a inclusão do respeito à orientação sexual na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), além de uma mobilização para desconsiderar a homossexualidade uma doença. Diante deste contexto, os grupos em prol da diversidade sexual apresentaram questões relevantes para serem discutidas e refletidas, buscando o fortalecimento dos ideais de mudança e a construção de uma identidade coletiva.

2.1 Múltiplos olhares da sexualidade: a construção das siglas

É imprescindível conhecer e buscar entender as terminologias que abrangem o universo da diversidade social a fim eliminar o preconceito sobre o assunto. O uso das siglas que representam cada grupo está presente nas bandeiras de resistência à homofobia pelo Brasil. De acordo com Facchini (2009), ocorreram alguns recortes temporais que acabaram definindo o processo de construção das siglas que compõem o movimento da diversidade pelo país. A cronologia que aborda a diversidade mostra que

até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT [...]. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o 'B' de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o 'T' refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, [...], aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas. (FACCHINI, 2009, p.140).

As denominações que foram se resignificando no universo da diversidade sexual provocaram modificações e incluíram outros grupos, buscando sempre a legitimidade e a representatividade perante a sociedade.

A partir da década de 1990, o movimento em prol da diversidade foi inserindo grupos de indivíduos de acordo com as necessidades de afirmação e reconhecimento dentro do contexto social. Segundo Facchini (2011), no ano de 1995 foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), que contribuiu no amparo legal contra a discriminação e violência a estes grupos por todo o país.

A atuação da ABGLT no âmbito de projetos promovidos pelo Governo Federal como o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) e o Projeto Escola Sem Homofobia, além de participação na conquista do direito à união homoafetiva, são reflexos dos avanços obtidos pelo movimento ao longo dos anos.

A organização do movimento em associações e grupos representativos fortalecem o pertencimento e a luta pelos direitos civis dos grupos que compõem a diversidade sexual no Brasil. O caminho percorrido para as alterações das siglas,

para incluir novas denominações, mostra o respeito as identidades formadas pelas múltiplas sexualidades dos indivíduos. Este fato se evidencia nas constantes transformações que a sigla vem sofrendo desde sua nomenclatura inicial.

Neste sentido, Bortoletto (2019, p. 10-11) afirma que “nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades², como o ‘i’ de intersex, o ‘q’ de *queer* e o ‘a’ de agêneros e assexuados.” Com a inclusão destas novas letras temos a sigla LGBTQIA+ e o indicativo do sinal de mais (+) é para integrar outras identidades de gênero e orientações sexuais como os pansexuais, dentre outros.

No intuito de elucidar os conceitos básicos que compõem a sigla LGBTQIA+, inicia-se este processo com os homossexuais (lésbicas e gays) que de acordo com Figueiró (2007) são pessoas que tem orientação sexual e afetiva por outras do mesmo sexo e ressalta que

é útil esclarecer que um homossexual masculino, ou gay, sente-se homem, gosta de ser homem e não rejeita seu órgão sexual masculino. Da mesma forma, uma homossexual feminina, ou lésbica, sente-se mulher, gosta de ser mulher e não deseja ser homem [...]. Mesmo comportando-se de uma forma mais ‘masculinizada’, segundo os padrões ditados pela sociedade, a maioria das lésbicas sente-se mulher e gosta de ser mulher. (FIGUEIRÓ, 2007, p. 33).

Subsequente a estas letras tem-se o “B” dos indivíduos bissexuais, estes estabelecem relações sexuais e afetivas com ambos os sexos (masculino ou feminino). Logo após, é mencionado o “T” de travestis, que são pessoas que utilizam roupas e/ou símbolos do outro sexo e adotam uma postura social do sexo oposto. Estas, nascem “do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade.” (CARRARA *et al.*, 2009, p. 41).

Dando continuidade, ainda, com a letra “T”, na apresentação das siglas, define-se transexuais no entendimento de Couto (1999) como pessoas que rejeitam o sexo que lhe foi designado e se reconhecem, em termos psíquicos, com o sexo oposto, tendo como principais particularidades a “convicção de pertencer ao outro sexo, aversão pelos seus atributos sexuais dados pela natureza, interesse pela adequação do sexo.” (COUTO, 1999, p. 11).

² O autor utiliza o termo “novas homossexualidades” para se referir possivelmente a diversidade sexual. Neste sentido, entende-se o termo como equivalente às novas expressões da sexualidade.

Vale ressaltar que travestis e transexuais são designados transgêneros. Este termo para Lanz (2014) é utilizado para designar as pessoas pertencentes as categorias gênero-divergentes, daquelas que se enquadram no binômio masculino-feminino (determinado aos indivíduos no nascimento). Neste sentido, a palavra transgênero veem sendo usada para especificar aqueles que em algum sentido “não se reconhecem e/ou não podem ser socialmente reconhecidas nem como ‘homem’, nem como ‘mulher’, pois a sua identidade de gênero não se enquadra em nenhuma das duas categorias disponíveis.” (LANZ, 2014, p. 71).

Considerando o exposto acima podemos apontar que os transgêneros são aqueles que não fazem parte dos padrões heteronormativos e estão inseridos em categorias identitárias como transformistas, transhomem, transmulher, andróginos, intersexuados, dentre tantos outros.

Ressalta-se na sigla LGBTQIA+, a letra “Q” de *queer*. A representatividade deste termo ultrapassa os desígnios de especificar um determinado grupo e amplia-se para as discussões no campo teórico. A palavra *queer* tem sua origem na língua inglesa e pode ser traduzida como estranho ou esquisito. Conforme Louro (2001) o termo *queer* foi apresentado por uma parte dos movimentos homossexuais no intuito de mostrar um posicionamento de discordância,

para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 546).

Assim, os estudos *queer* questionam as condutas e as designações dadas para categorizar os indivíduos na sociedade. Corroborando com o exposto, Rodrigues (2020) afirma que a teoria *queer* é mais expressiva do que as pesquisas sobre gays e lésbicas. Esta teoria declara que esses conhecimentos foram padronizados e são invariáveis, deste modo, de forma simplificada a “teoria *queer* diz que não devem haver rótulos. As pessoas não são uma coisa só e suas relações com o mundo estão em constante mudança.” (RODRIGUES, 2020, p. 110).

A próxima palavra a ser destacada são os intersexuais. No entendimento de Pino (2007, p. 153) este termo surge na medicina e é utilizado nos grupos de “ativismos para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos.” Já as intervenções

cirúrgicas para adequar os corpos dos nascidos intersexuais é um reflexo da necessidade social e cultural de ajustar as sexualidades ao modelo binário homem-mulher.

No que se refere aos processos cirúrgicos e hormonais dos quais os intersexuais estão sujeitos após o nascimento,

podemos perceber os significados sociais e culturais atribuídos ao corpo, assim como as relações políticas que constroem nossos corpos.[...] Uma reflexão propriamente *queer* sobre os intersex pode problematizar as exigências sociais férreas, mesmo que não evidentes, sobre como devem ser homens e mulheres em nossa sociedade, como estas identidades binárias não são naturais, antes produto de ideais regulatórios que regem sua construção. (PINO, 2007, p. 152).

Nesta perspectiva, a identificação dos corpos deve se ajustar ou encaixar aos moldes sociais para se legitimar os indivíduos e serem aceitos por uma “normalidade” corporal. A intersexualidade não deve ser vista como uma necessidade de responder aos anseios sociais e culturais heteronormativos, mas sim, deve-se basear na autonomia do sujeito em conduzir seu próprio corpo.

No intuito de concluir as explicações da sigla LGBTQIA+ tem-se a letra “A” de Agêneros e Assexuados. De acordo com o Caderno Globo (2017), o assexuado não possui atração por outros indivíduos de qualquer gênero, já o agênero é a “pessoa que não se identifica com uma identidade que pode ser categorizada como homem ou mulher ou que assume não ter identidade de gênero.” (CADERNO GLOBO, 2017, p. 90).

As possibilidades de vivência das pessoas no múltiplo campo das sexualidades demonstra que é preciso compreendermos que cada um tem suas especificidades ao se apresentar no meio social da maneira que compreende sua identidade, não é sustentável reduzir a sexualidade em conceitos restritos ao que se entende por masculino e feminino. A diversidade sexual é um universo amplo e capaz de criar e recriar novas formas de expressão do ser a cada momento.

3 A PLURALIDADE NAS QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE

Na sociedade ocidental contemporânea a temática da diversidade sexual e questões que se relacionam com este tema está ganhando espaço de destaque nas mais variadas instâncias, seja nas instituições públicas ou privadas, nas esferas políticas, jurídicas ou religiosas, além da visibilidade nos diversos meios de comunicação social. Estas condições ocorrem pois intensas e rápidas mudanças das mais múltiplas formas nas últimas décadas têm “desestabilizado certezas, desarranjado formas de convivência entre os sujeitos, alterado formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer [...]” (RIBEIRO; QUADRADO, 2010, p. 402).

Desta forma, existe a necessidade de se pensar as dinâmicas sociais de transformação no mundo contemporâneo e como elas afetam nossas relações cotidianas imergidas na pluralidade social. Para Cerino *et al.* (2008) as modificações enfrentadas pela população do Brasil vêm favorecendo a “redefinição de papéis sociais tradicionais, a exemplo dos papéis entre homens e mulheres, gerando novas configurações familiares e novos modos de relacionamento afetivo-sexual.” (CERINO *et al.*, 2008, p. 265). Contrapondo-se a este processo de transformação é explícito e persistente na formação social brasileira o modelo patriarcal, no qual a dominação masculina se evidencia em todas as esferas que permeiam as relações sociais. Segundo Valério *et al.* (2008) este modelo reproduz relações desiguais no qual “o homem numa posição de dominação se utiliza do poder para exercer o domínio econômico, político, cultural e social sobre as mulheres e pessoas com orientação sexual não heterossexual.” (VALÉRIO *et al.*, 2008, p. 302).

A permanência do modelo patriarcal, na atualidade, procura hierarquizar os papéis sociais de forma excludente, buscando determinar preceitos. Assim,

neste processo, os mecanismos de controle social, ora se fundamenta na fé, classificando as divergências e os divergentes como pecadores, ora se fundamenta no modelo médico de higienização, rotulando as diferenças de orientação sexual de doença, ora se legitimando no modelo penal, criminalizando e transformando os divergentes em grupos de riscos e marginais. (CERINO *et al.*, 2008, p. 267).

Neste contexto, este modelo social utiliza-se das esferas religiosa, médica e jurídica para justificar a não aceitação da diversidade como pertencente a formação da sociedade, na tentativa de solidificar e controlar certos valores e costumes tidos

como corretos em detrimento do reconhecimento dos indivíduos que encontram-se fora da norma. De acordo com Madureira e Abreu Branco (2012) existe um empenho nas organizações de forma geral e nas escolas para assegurar a continuidade das normas sociais, classificando os sujeitos como “normais” e “anormais”, criando distinções e processos de exclusão no meio social e educacional. Neste entendimento, a norma abrange as

identidades sociais hegemônicas (por exemplo, ser heterossexual, homem, rico, branco) e exclui, a partir de concepções preconceituosas e práticas discriminatórias, as identidades sociais não hegemônicas (por exemplo, ser homossexual, bissexual, mulher, pobre, negro). (MADUREIRA; ABREU BRANCO, 2012, p. 148).

Neste sentido, as instituições acabam rotulando os sujeitos e favorecendo a desigualdade de acordo com padrões estabelecidos e conseqüentemente surgindo uma hierarquização e a categorização cultural. No ápice desta categoria encontra-se a heterossexualidade que “ainda considerada como *padrão*, continua a ser vista como a ‘única maneira correta’ de expressão do erotismo e da união conjugal.” (CAVALEIRO, 2014, p. 271, grifo do autor).

A hegemonia heteronormativa coloca à margem da sociedade os sujeitos que não se adéquam a este modelo de conduta, negando a existência da diversidade sexual e provocando a rejeição e invisibilidade das minorias sexuais. A heteronormatividade está presente em vários âmbitos da sociedade. Na escola, esta discussão é relevante a fim de incentivar o respeito às diferenças. Segundo Guimarães (2008) a educação age como um mecanismo resistente e transformador da sociedade, mas

tradicionalmente, a escola tem desempenhado o papel de conservadora dos padrões sociais da classe dominante, sendo premente, portanto, que seus atores e atrizes assumam um posicionamento crítico da realidade, numa busca em livrar-se do aprisionamento que esses mesmos valores impõem. (GUIMARÃES, 2008, p. 48).

Deste modo, o espaço escolar deve desprender-se de normas que reforçam a desigualdade entre as pessoas, promovendo um ambiente de diálogo e reflexão do cotidiano e uma formação crítica e inclusiva. Por conseguinte, Junqueira (2008) menciona a relevância da promoção de transformações na sociedade e no comportamento dos indivíduos, tendo como elemento principal desta construção a educação, a princípio

é preciso reter que escola é um espaço de *reprodução social*, um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos onde *fabricamos sujeitos e produzimos identidades*, em geral, a partir da perspectiva *heteronormativa*, masculina, branca, adulta, urbana...Neste sentido, para que a escola possa fazer parte da solução, será necessário reconhecer que, antes, ela faz parte do problema. (JUNQUEIRA, 2008, p. 223-224, grifo do autor).

A partir desta apreensão é possível afirmar que no ambiente escolar existem mudanças necessárias no intuito de estabelecer uma educação pautada na aceitação do outro, na qual as diferenças se integram com o princípio da igualdade. As distinções determinadas nas relações entre as pessoas elencando os papéis sociais para os sujeitos acabam fortalecendo no meio escolar as condutas que cada um deve seguir para continuar reforçando posicionamentos regulatórios. De acordo com Ribeiro e Quadrado (2010) na escola podem ser percebidas ações que reforçam a distinção entre os indivíduos, como por exemplo, as atividades escolares sendo divididas considerando-se o preceito de meninos e meninas. Estas atitudes

ao mesmo tempo, funcionam, também, como mecanismos que regulam as preferências sexuais, ou seja, os meninos e as meninas só são autorizados/as a estabelecer relações de amizade - brincadeiras - com outros/as do mesmo sexo; no entanto, relações de afeto - carinho, abraços - são desautorizadas. Esses padrões de comportamento, construídos e transmitidos de forma hegemônica por gerações, ainda que com conotação específica aos diversos grupos sociais, vêm sendo expressados e compartilhados através de atitudes das pessoas, de modo não problemático, pela maioria. (RIBEIRO; QUADRADO, 2010, p. 407).

Assim, a naturalização da conduta comportamental regida pela normatividade é seguida e adotada com regras de convivência no meio social de forma harmônica. Aqueles indivíduos que não estão inseridos nesta dinâmica social estão sujeitos a sofrerem exclusão pelo fato de não se ajustarem a estes moldes de controle. Para Silva Junior (2014) é bastante pertinente que no sistema de educação exista a democracia, logo, a inclusão. Desta forma, a

escola inclusiva é uma escola de todos, preocupada não somente com o conhecimento técnico-científico do educando, mas também com o ensino de valores, princípios e atitudes de tolerância e de respeito: *uma escola que ensina a conviver num ambiente de tolerância e harmonia em meio à diversidade*. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 225-226, grifo do autor).

Desta forma, os caminhos da educação para todos contempla a equidade entre os indivíduos, o reconhecimento e a valorização da pluralidade para se construir uma sociedade cada vez mais justa e livre de preconceitos. O respeito a diversidade sexual começa com o conhecimento e a desmistificação dos conceitos

que envolvem o universo da sexualidade, antes de emitirmos juízos de valor preconcebidos.

3.1 Considerações sobre a sexualidade de forma alternativa

As compreensões que permeiam o universo da sexualidade são múltiplas e às vezes se entrelaçam com outros assuntos que trazem ao Ser sexual sentido e significados, além de evidenciar costumes que se mantêm ou se modificam no decorrer das épocas. Segundo Souza (1997) no século XVIII, no campo da medicina, os comportamentos sexuais não eram um tema levado em consideração. No âmbito da medicina buscou-se respaldo no conhecimento biológico, assim,

deslocou o plano de análise da sexualidade humana, examinando-a ao lado da sexualidade animal, considerando-a assim, sem maiores obstáculos, como fenômeno natural. Ora, o sexo, como fenômeno da natureza, tem função evidente, qual seja, a propagação da espécie. Logo, o exercício da sexualidade passou a ser vinculado à função reprodutora. (SOUZA, 1997, p. 14).

Neste sentido, pode-se inferir que este pensamento da medicina e da biologia afastava as manifestações da sexualidade do campo afetivo e das relações entre pessoas do mesmo sexo, pois a proposta de sexualidade se restringia à procriação da espécie. Corroborando com este entendimento, Del Priore (2011) ressalta o papel desempenhado pela Igreja Católica no intento de reger as relações sexuais e que esta aceitação estava presente no final do século XVIII na vida dos cônjuges, no Brasil. A Igreja exercia o controle e proibições a certos atos sexuais que não se destinassem à procriação, assim,

[...] o que se procura é cercear a sexualidade, reduzindo ao mínimo as situações de prazer. Essa vigilância extrapola o leito conjugal, espalhando-se por toda a sociedade [...] a sexualidade do cotidiano, que a Igreja precisava regulamentar, controlar desde o namoro até as relações conjugais [...] devia-se estar em guarda contra as sutilezas das menores expressões de interesse sexual que não conduzissem ao que era chamado de 'coito ordenado para a geração'. (DEL PRIORE, 2011, p. 43-44, grifo do autor).

Neste sentido, a medicina aliada à biologia, bem como a Igreja Católica apresentaram a sexualidade associada a reprodução restringindo o vasto campo das sensações e do erotismo, uma área tão ampla e complexa como a sexualidade a uma proposta simplista e natural. Para Mott (2007) os ensaios da ciência sobre o sexo manifestaram-se

na Civilização Ocidental, contraditoriamente, na época de maior repressão anti-sexual, na era Vitoriana, segunda metade do século XIX. Até aquela época, predominou, no *milieu* pensante ocidental, irrecuperável ignorância e pudico silêncio a respeito da sexualidade humana. (MOTT, 2007, p. 3, grifo do autor).

Assim, os estudos da sexualidade humana desprenderam-se de concepções normativas do passado que silenciavam as discussões sobre os desejos e as paixões e avançaram em direção a uma nova era, “há quem diga que o século XX inventou o corpo! [...] um corpo íntimo e sexuado que lentamente, veria afrouxar as disciplinas do passado em benefício do prazer.” (DEL PRIORE, 2011, p. 106).

As mudanças culturais que atravessam as sociedades por décadas trazem a discussão do corpo, bem como uma reflexão no modo de se ver perante o mundo e também incitaram debates e compreensões variadas sobre o que seja o sexo, a sexualidade e o gênero no meio social. De acordo com Almeida (2016) o conceito de sexo aproxima a biologia do ser humano, assim, “está diretamente relacionado ao aspecto biológico, ao órgão sexual masculino e feminino, à capacidade reprodutora do ser humano, como um descritivo das diferenças anatômicas de macho e fêmea.” (ALMEIDA, 2016, p. 42). Nesta conjuntura, as diferenças anatômicas são consideradas ao se realizar percepções às diferenças entre os sexos, bem como as características naturais e genitais de cada ser.

Segundo Cavaleiro (2014) no construtivismo social observa-se que em cada sociedade existe uma organização de papéis sociais aos diversos indivíduos, mostrando que estas associações não são naturais, mas sim produzidas. No enfoque construcionista da sexualidade a

fisiologia e a morfologia do corpo proporcionaram as condições prévias para a sexualidade humana, mas não governam suas formas de expressão e experiências. Porém, é extremamente difícil distinguir nos seres humanos o que se deve à biologia, de um lado, e à cultura, à sociedade e à história, do outro. Enfim, a sexualidade é uma das dimensões que integra a identidade pessoal de cada indivíduo, sendo influenciada pela interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (CAVALEIRO, 2014, p. 270).

Desta forma, a compreensão sobre a sexualidade é ampla e dinâmica e envolve variados elementos para se constituir e dar significado às relações sociais e às práticas afetivas, além de receber influências de fatores socioculturais em sua construção.

Nesta lógica, ainda explorando os contextos históricos e culturais presentes nas organizações sociais que determinam os papéis desempenhados por mulheres e homens, torna-se necessário realçar as lutas e reivindicações feministas por igualdade, respeito, liberdade e direitos em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e as diferenças de gênero.

De acordo com Sousa (2008) no Brasil, os primeiros esforços das mulheres pela garantia de direitos foi no século XIX e relacionado à educação, posteriormente, buscou-se a prerrogativa ao voto e pela isonomia de salários na 2ª metade do século XX. Estas ações foram se intensificando até a organização feminina ganhar forma e intensidade como movimento após a década de 1970, assim, os movimentos reivindicatórios por direitos no período ditatorial abriram espaço para a reflexão da condição feminina.

Para Valério *et al.* (2008) o surgimento do movimento feminista pode ser dividido em três momentos, iniciando-se no período compreendido entre 1980 a 1985, com a pretensão de “viabilizar o feminino enquanto elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições brasileiras.” (VALÉRIO *et al.*, 2008, p. 303). A segunda fase ocorreu entre os anos de 1985 a 1988, tendo como aspiração compreender a identidade feminina e as particularidades do sujeito/ser mulher. Por último, o terceiro momento que abrange o ano de 1989 até a atualidade na busca de uma luta contrária aos guetos e resgate de adeptos (as).

O movimento feminista busca a emancipação feminina, com um discurso direcionado a todos para uma visibilidade e voz que por décadas foram silenciadas pelo predomínio masculino no meio social. Conforme Rabay (2008) as feministas, em meio ao processo de lutas, buscaram aportes teóricos para fundamentar as causas defendidas e foi

rejeitando o determinismo biológico subentendido no uso de termos como sexo ou diferença sexual e priorizando fatores relacionais e culturais na construção social do feminino/masculino, que o conceito do sistema sexo/gênero foi elaborado pela americana Gayle Rubim, na década de 70. Gênero começa a ser usado pelas feministas para se referir à organização social da relação entre os sexos. (RABAY, 2008, p. 70).

Assim, o gênero se refere aos sentidos construídos na sociedade, por meio de contextos culturais nos quais os comportamentos do feminino e do masculino são movidos pelas relações que determinam o papel social hierárquico que cada um

deve desempenhar no decorrer de suas vivências. (GOUVEIA, ISMAEL, CAMINO, 2008).

Dentre as teorias feministas que debatem o conceito de gênero, ressalta-se a compreensão de Butler (2016) sobre o gênero como construção social, mas também, sobre o sexo como não natural, sendo assim, discursivo e cultural. Neste sentido

se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2016, p. 27, grifo do autor).

Dessa maneira, o sexo é problematizado na sociedade atual assim como o gênero a partir das construções culturais que produzem interpretações e significados aos corpos sexuados. Seguindo a concepção de gênero, presente na formação social dos sujeitos, tem-se a percepção que cada um tem de si intimamente formando-se as identidades, que são compreendidas como diversas, que se transformam “e, até mesmo, se contradizem de acordo com a história de cada um [...] portanto, as identidades sexuais e de gênero têm um caráter fragmentado, instável, histórico e plural [...]” (SILVA, 2015, p. 190).

A identidade de gênero trata por meio do reconhecimento e da subjetividade de escolha o pertencimento a um gênero e abrange fatores socioculturais. Para Homem e Calligaris (2019) nas décadas de 1970 e 1980 evidencia-se que as identidades, de forma geral, são concepções culturais. Neste período estava ocorrendo as manifestações por direitos civis, assim, “nesse momento, tanto o movimento feminista quanto o movimento *gay* ou o movimento LGBTQ+ sentiram a necessidade de identidades fortes, que servissem como identidades de defesa.” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 12, grifo do autor).

Deste modo, a adesão por uma identidade nos movimentos reivindicatórios tornou-se necessária para o fortalecimento dos propósitos e contestações pelas minorias sociais. A legitimação de uma identidade na sociedade exprime-se como mecanismo estratégico nas lutas emancipatórias por liberdades e direitos.

Durante o processo de transição da ditadura para a redemocratização do Brasil, foi estabelecido outro assunto que é discutido na construção identitária dos indivíduos, a orientação sexual. Segundo Sousa Filho (2008) o conceito de orientação sexual na década de 1980 ocorre como mudança ao termo preferência

sexual, criado nos anos de 1970 e está associado às relações de desejo/atração e afetos. A orientação sexual é comumente assinalada como heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, mas pode ocorrer outras formas de orientação sexual, no qual o sujeito considera-se pertencente nas relações afetivo-sexuais, distante das referidas variantes. Para além de uma discussão em torno do campo afetivo a orientação sexual é

uma construção que envolve direcionamentos conscientes e que são definidos em termos sociais e identitários políticos. [...] é construída nos embates subjetivos e sociais, produzidos nas interações, sob padrões culturais, relações de poder, idéias sociais, configurando-se como um fenômeno individual tanto quanto coletivo e político (se, por política, entendemos as relações). [...] é construída na relação do indivíduo com os padrões culturais de gênero, na sua relação com o seu próprio mundo psíquico, com os caminhos percorridos por cada um nas relações familiares e sociais, nas relações no interior da cultura como um todo. (SOUSA FILHO, 2008, p. 60).

Neste sentido entende-se a orientação sexual como um conceito marcado por fatores culturais e históricos, podendo se manifestar de maneira consciente ou inconsciente (quando se trata dos desejos), além de integrar a identidade do indivíduo e do universo subjetivo e social do qual fazem parte.

A pluralidade de expressões que formam as identidades dos sujeitos é cercada por valores culturais que influenciam o contexto social do qual fazem parte e acabam sendo influenciados neste processo, tornando os seres diversos. Para Carvalho, Andrade e Junqueira (2009) a diversidade não se encontra pertencente apenas no outro, mas sim em cada ser, desta forma, tratar sobre a diversidade envolve todos e cada um de forma específica, já a diversidade sexual

engloba distintas orientações sexuais (por ex.: homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) e distintas identidades de gênero (por ex.: feminilidade travesti, feminilidade transexual, masculinidade transexual etc.). [...] no campo da luta pelos direitos sexuais (entendidos de maneira plural), não se refere apenas à idéia de diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, mas inclui os/as trabalhadores/as sexuais, pessoas solteiras, viúvas, sem filhos...enfim, todos aqueles/as que se colocam (ou são percebidos/as) como 'dissidentes sexuais' em relação à heteronormatividade. (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 11-12, grifo do autor).

Assim, pode-se inferir que o Ser sexual pode se apresentar de diversas maneiras no contexto social, mas a diversidade sexual não se limita a uma nomenclatura, fator definidor de grupos sexuais, ela se contrapõe à cultura hegemônica incluindo todas as possibilidades de relações erótico-afetivas que são

desconsideradas pelos padrões heteronormativos. As diferenças sexuais e as particularidades de cada pessoa convida-nos a refletir que o universo da diversidade sexual surge como afirmação das liberdades e resistência à intolerância e ao preconceito às minorias sexuais.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

Em uma sociedade democrática o direito à liberdade de expressão e opinião é garantido por lei. A violação aos direitos humanos fere os princípios apresentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Esta Declaração surge alguns anos após a Segunda Guerra Mundial e da necessidade de se estabelecer a paz após o grande genocídio praticado pelo nazismo de Hitler. O Holocausto - violência da guerra, trouxe posteriormente às nações o dever de cada vez mais preservar a dignidade humana. Conforme Gorisch (2013) o primeiro princípio da DUDH é a universalidade, mas ressalta que

a ONU, fundada em 1945 pós Segunda Guerra Mundial, ficou quase 50 anos sem se pronunciar a respeito dos direitos LGBT diariamente violados. Na Segunda Guerra Mundial, muitos homossexuais alemães foram, juntamente com judeus, Testemunhas de Jeová, criminosos e ciganos, para os campos de concentração na Alemanha e Polônia. (GORISCH, 2013, p. 91).

Os direitos humanos tratados de forma abrangente na Declaração Universal (1948) acabam deixando implícito assuntos como os direitos e liberdades às minorias sexuais. Outra questão que é relevante mencionar é que os “relativistas consideram que cada cultura entende de uma forma a questão dos Direitos Humanos e, portanto, não são universais, mas relativos de cultura para cultura.” (GORISCH, 2013, p. 20).

Neste contexto, cada país, de acordo com sua realidade cultural acaba interpretando e adotando medidas seguindo os princípios e valores sociais (como religioso, familiar, educacional, etc.) que consideram adequados. Esta postura distancia-se da universalidade, da preservação da liberdade e autonomia de cada indivíduo e provoca a violação dos direitos humanos.

Assim, a DUDH se torna um instrumento aos governantes para adoção de políticas públicas de interesse coletivo e orienta os órgãos e a população em geral para que haja empenho, através do ensino e da educação, em transmitir os conhecimentos necessários para a garantia dos direitos e liberdades de cada um. (DECLARAÇÃO..., 1948).

O compromisso assumido pelos países membros da ONU, incluindo o Brasil, traz a responsabilidade aos líderes de cada nação por manter a promoção aos

direitos humanos. Assim, qualquer forma de violação à dignidade humana deve ser repudiada.

A implementação de políticas públicas nos âmbitos nacionais e internacionais direcionadas para atender os interesses da coletividade deve inserir as reivindicações da população LGBTQIA+. Estas, aos poucos conquistam êxitos, mas ainda necessitam de maior visibilidade e atenção por parte dos governantes.

Dentre as conquistas dos movimentos sociais a favor da diversidade pode-se destacar, nos anos 1970, a retirada da palavra homossexualidade da lista de transtornos mentais nos Estados Unidos. Vale ressaltar que somente em 17 de maio de 1990 é que foi excluído o referido termo da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) (TERTO; SOUZA, 2015). Vale ressaltar que o dia 17 de maio tornou-se data comemorativa - Dia Internacional contra a Homofobia - e também é considerada um momento para a conscientização e estende-se à luta de travestis, transexuais e bissexuais.

No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu parecer retirando a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID-9) – da OMS, capítulo “Transtornos Mentais”, categoria “Desvios e Transtornos Sexuais” e incluindo-a na Categoria V62: “Outras Circunstâncias Psicossociais” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1985).

As lutas por direitos sociais foram se intensificando com o declínio da ditadura militar, as vozes que foram abafadas por anos de repressão começavam a surgir e a reivindicar seus direitos. O parecer emitido pelo CFM ao desconsiderar a homossexualidade uma doença se torna um dos avanços ao respeito à LGBTQIA+ no país.

Nesta conjuntura, a década de 1980 foi marcada por fatos políticos e econômicos que acabaram transformando o Brasil. Conforme Rosa (2015) com o fim do regime militar, ocorre no Brasil o retorno do sistema político democrático e o processo eleitoral para presidente, neste contexto, “diversas organizações de cunho social e político surgem para lutar por uma sociedade mais igualitária e que respeitasse a diversidade humana.” (ROSA, 2015, p. 7).

Assim, podemos destacar que a Constituição Federal (1988) foi considerada a principal ferramenta do comprometimento com os direitos humanos em um período

de retorno à democracia e aos direitos civis que foram violados durante o regime autoritário.

A necessidade da elaboração de uma agenda governamental contemplando a inclusão social foi importante neste processo de redemocratização do país. A discriminação e o preconceito secular contra a população LGBTQIA+ necessitava de discussão e construção de planos eficazes contra a violação dos direitos. Assim,

para erradicar a homofobia enraizada na sociedade brasileira, deve o Estado, efetivamente, promover a concretização de políticas públicas que possibilitem o reconhecimento das minorias sexuais, permitindo-lhes, conseqüentemente, o gozo de direitos humanos e fundamentais. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 232).

Neste viés, foi criado o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996, com o compromisso de promover os direitos humanos, além da proteção às minorias e excluídos. A elaboração do Programa Nacional teve participação da sociedade civil e se tornou um compromisso dos Estados em assegurar a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Deste modo, inclui-se nesta perspectiva a dignidade humana e o “direito de ser, pensar, crer, de manifestar-se ou de amar sem tornar-se alvo de humilhação, discriminação ou perseguição. São aqueles direitos que garantem existência digna a qualquer pessoa.” (BRASIL, 1996, p. 188).

O PNDH I traz uma proposta de combate tanto à violência quanto ao desrespeito à liberdade de viver de qualquer indivíduo. Estas ações renovam a esperança na redução das desigualdades, na valorização da intimidade e na preservação do existir.

A atualização do Programa Nacional, ou seja, o II Programa Nacional de Direitos Humanos (2002) foi uma oportunidade de revisão das ações realizadas, bem como a verificação de falhas e a inclusão de novos olhares da realidade social brasileira. Os Planos de ação são a adoção de políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais que possam trazer melhorias para a sociedade brasileira. Nesta versão atualizada do Programa é possível observar que houve um avanço na utilização de termos, para deixar claro o público diverso contemplado pelas ações governamentais (BRASIL, 2002).

Em análise ao PNDH I constata-se que a diversidade sexual não aparece de forma explícita, todos são incluídos nas ações, mas os grupos específicos são tratados de forma genérica. Já nesta segunda etapa (PNDH II), é possível observar

propostas destinadas às vulnerabilidades sociais particulares, como nos itens “orientação sexual” e “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB.”

Nesta perspectiva, no Programa Nacional I é utilizado somente a palavra homossexuais para identificar todos os indivíduos que fazem parte da diversidade sexual do país, já o PNDH II amplia as propostas e propõe políticas públicas a serem destinadas à GLTTB. O Programa Nacional, nesta segunda versão, faz recomendação a

246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.

247. Estimular a inclusão, em programas de direitos humanos estaduais e municipais, da defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB. (BRASIL, 2002, p. 215).

Neste sentido, percebe-se no documento informações sobre o respeito à sexualidade, bem como o combate à discriminação e a violência como proposições a serem desenvolvidas pelo Programa Nacional II. Ao traçar as situações de vulnerabilidade e especificar as reivindicações de cada grupo, foi possível entender as ações do Programa de forma mais evidente e os setores da sociedade que devem responsabilizar-se para atender as demandas da comunidade LGBTQIA+.

Para que a transformação social ocorra é necessária a utilização de políticas públicas eficazes e que os variados órgãos que compõem o Poder Público possam atuar de forma efetiva para atender as demandas da população. No âmbito Educacional, as ações devem abranger todos os atores sociais (escola, família e comunidade), pois são

instâncias importantes do processo de socialização da cultura. A educação para o respeito à dignidade de toda pessoa humana e do respeito às diferenças se iniciam no processo de socialização e amplia-se no processo de escolarização. Ambos os processos são relevantes para a educação inclusiva da diversidade de gênero e sexual. (ZENAIDE, 2008, p. 202-203).

Assim, o respeito à diversidade se torna importante para a formação do sujeito social, no qual a educação escolar deve fazer parte desta construção, pois a prática do respeito às diferenças é pertencente às relações dentro e fora da comunidade escolar.

O III Programa Nacional de Direitos Humanos foi realizado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no final do ano de 2009. Ao compararmos a terceira versão com

o Programa Nacional de 1996 podemos perceber que ocorreram transformações na sociedade que foram motivando as atualizações da proposta, mas os princípios norteadores para a consolidação dos direitos humanos no Brasil permaneceram. Assim, com uma concepção contemporânea,

este PNDH-3 será um roteiro consistente e seguro para seguir consolidando a marcha histórica que resgata nosso País de seu passado escravista, subalterno, elitista e excludente, no rumo da construção de uma sociedade crescentemente assentada nos grandes ideais humanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade. (BRASIL, 2010, p.13).

Deste modo, o PNDH III fortaleceu os princípios de valorização dos direitos humanos, ampliando o diálogo, para a construção de uma sociedade cada vez mais igualitária e livre de desigualdades sociais. Nas proposições deste novo Programa Nacional (PNDH III) é possível observar várias menções aos grupos minoritários discriminados, com abordagem sobre prevenção à violência, proteção e o combate à homofobia, além da garantia à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Dentre as ações programáticas podemos elencar orientações que se tornam o diferencial na implantação de programas ou planos de direitos à comunidade LGBTQIA+, como

- [...] b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos.
- d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade.
- e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais. (BRASIL, 2010, p. 98-99).

Vale ressaltar que a diretriz “Garantia da igualdade na diversidade” contempla e possibilita o respeito aos direitos de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. A contribuição do PNDH III e dos movimentos sociais para atender as demandas específicas por igualdade de direitos nos espaços sociais foram sendo atendidas com o passar dos anos.

A igualdade na diversidade foi contemplada no Projeto de Lei nº 1.151/95 de autoria da Ex-Deputada Marta Suplicy, na época vinculada ao Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo (PT - SP), que tratava da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Além de ressaltar o referido Projeto de Lei, Mott (2006) menciona a importância da legalização do casamento civil entre casais

homossexuais pois “não há razão histórica, lógica ou ética, a não ser o preconceito homofóbico, que justifique a exclusão dos gays e lésbicas do direito universal de terem sua homo-conjugalidade legalmente reconhecida.” (MOTT, 2006, p. 516).

Esta proposta foi um avanço na discussão dos direitos de pessoas LGBTQIA+, apesar de não ter sido votada em plenário “[...] o projeto foi idealizado e apresentado no Congresso, causando grande euforia nos membros da classe defendida e, por outro lado, espanto e ódio nos fundamentalistas religiosos.” (ARAÚJO; RIVERA, 2017, p. 3). Os desafios encontrados pela Psicóloga Marta Suplicy para aprovação do Projeto de Lei podem estar relacionados a fatores culturais e interesses de grupos específicos.

Novas concepções foram discutidas e aprovadas no Congresso, posteriormente, como a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, que dispõe sobre a celebração de casamento civil entre pessoas de mesmo sexo. Já nas Instituições Educacionais, foi regulamentada a Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018, que trata da utilização do nome social, nos registros escolares da educação básica, por travestis e transexuais.

Além das especificidades e peculiaridades que merecem atenção do Estado, a população LGBTQIA+ também tem direito à diferença. Esta garantia está presente nas ações, leis, decretos, resoluções, programas, planos, etc., ou seja, um conjunto de mobilizações que intensificam a luta pela dignidade de existir no país da diversidade.

As recomendações aos Estados, apresentadas no Programa Nacional III, aos poderes Legislativo e Judiciário no que compete a responsabilidade de garantir os direitos aos cidadãos, independente do posicionamento pessoal que estas autoridades tenham, assegura o cumprimento da universalidade dos direitos e a garantia da igualdade na diversidade.

No intuito de garantir à população LGBTQIA+ políticas públicas antidiscriminatórias foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) duas ações para apreciação e posicionamento. Segundo Santos e Garcia (2019) as ações foram um Mandado de Injunção nº 4733 de 2012, solicitado pela ABGLT, e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, do Partido Popular Socialista (PPS), no ano de 2013. É relevante mencionar que ambas foram jugadas pelo STF em junho de 2019.

No entendimento de Monica (2020, p. 1381) o resultado da Ação Direta nº 26 postula “a equiparação a crime de racismo dos casos de homofobia e transfobia, garantindo um tratamento isonômico para a população LGBTQI+ em relação aos demais casos de preconceito e discriminação.” Esta decisão evidencia que os crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ se tornaram inafiançáveis e imprescritíveis.

De acordo com Santos e Garcia (2019) algumas semanas após a decisão do STF sobre os casos de LGBTQIAfobia ser igualado ao crime de racismo

o Poder Legislativo aprovou na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados projeto de lei que torna de fato crime a LGBTQfobia, bem como, na sequência, antes da retomada do julgamento pelo STF, aprovou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, uma proposta para inclusão da discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual na Lei nº 7.716/89. Não se pode negar que a atuação do STF acabou por movimentar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal no sentido de punir a repugnante discriminação que se encontrava há décadas sem atenção do Poder Legislativo. (SANTOS; GARCIA, 2019, p. 307-308).

Deste modo, é notória a falta de interesse dos poderes públicos em avançarem as pautas que competem aos direitos das minorias sexuais e se torna perceptível a ausência de legislações específicas contra a LGBTQIAfobia até hoje, assim, pode-se inferir que existe resistência na compreensão que a população LGBTQIA+ necessita de reconhecimento e proteção aos seus direitos e garantias fundamentais.

As mudanças de Governo podem significar descontinuidades de ações desenvolvidas nas gestões anteriores, principalmente no que se refere às causas da população LGBTQIA+. Assim, no Brasil, em 2019 assume a presidência da República Jair Messias Bolsonaro, que inicia seu mandato fazendo reestruturações ministeriais, a exemplo do Ministério de Direitos Humanos (MDH) que foi intitulado Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MMFDH). As modificações realizadas pelo Governo Bolsonaro começaram a ser percebidas desde o início da gestão no universo da diversidade sexual e

a primeira notícia que se pode considerar prejudicial às causas da população LGBTI foi a alteração das diretrizes de direitos humanos, que servem de base orientativa às políticas públicas desse ministério, de cujo texto já não mais constam as minorias sexuais. É a primeira evidência clara de uma política governamental que despreza a relevância das questões LGBTI e relega-as ao banimento institucional. (CUNHA, 2020, p. 51).

Desta forma, as ações destinadas aos direitos sexuais, as lutas e conquistas dos movimentos LGBTQIA+ acabam sendo desvalorizados e esta política governamental inclina-se a fortalecer a hegemonia heteronormativa colocando à margem da sociedade as minorias sexuais e favorecendo a vulnerabilidade e às práticas discriminatórias.

4.1 As políticas educacionais para LGBTQIA+

Conforme mencionado anteriormente, as políticas públicas destinadas à comunidade LGBTQIA+ se intensificaram no Governo Lula, a implantação do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual - Brasil Sem Homofobia (2004), elaborado com a participação da Sociedade Civil Organizada, traz o resultado de reivindicações por direito à dignidade e pelo respeito à diversidade sexual.

De acordo com Vianna (2018), o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) obteve apoio do Ministério da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), além de representantes dos movimentos sociais. A proposta fundamentou-se em promover

demandas históricas aprovadas nos encontros nacionais LGBT, além da realização de parcerias com universidades no processo de elaboração de justificativas, estruturação e formatação do documento em questão. (VIANNA, 2018, p. 82).

Desta forma, o fortalecimento da luta contra a homofobia, no Brasil, ao longo dos anos foi sendo reforçada e alicerçada por aqueles que buscam combater a discriminação e o preconceito em um país tão diverso culturalmente. Vale ressaltar a importância da realização do Programa BSH no Ministério da Educação (MEC), a fim de garantir nas Instituições de Educação formal, através de ações, o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, bem como o combate à violência homofóbica nas escolas.

Neste contexto, no intuito de contribuir com a realização do Programa Brasil sem Homofobia, foi apresentado o Projeto Escola Sem Homofobia (2009). Esta iniciativa teve a colaboração do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Dentre as ações do projeto

tinha a entrega às escolas da rede pública o material chamado Kit Anti-homofobia que

constituía-se como um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos com a proposta de desconstruir estereótipos sobre a população de alunos/as LGBTQIA estabelecendo um convívio democrático com a(s) diferença(s). (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2017, p. 133).

As discussões que inviabilizaram a utilização do material didático nas escolas públicas, conforme Oliveira Júnior e Maio (2017), teve início no Seminário *Escola Sem Homofobia* (2010) realizado no Congresso Nacional, em Brasília. Neste evento, a fala do ex-secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, conduziu tanto o âmbito político quanto social, em geral, opiniões divergentes sobre o Kit Anti-homofobia.

De acordo com Vianna (2018) o também chamado Kit Escola sem Homofobia era composto de caderno de atividades para auxiliar os/as docentes nas aulas, boletins, audiovisuais, dentre outros materiais informativos. Contudo,

após pressão da bancada religiosa conservadora no Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff vetou o material em maio de 2011, alegando sua inadequação. De acordo com o MEC, o veto da presidenta referia-se aos três vídeos. O restante do conteúdo ainda poderia ser distribuído nas instituições públicas de ensino, mas isso não ocorreu. (VIANNA, 2018, p.93).

Assim, na pretensão de resgatar valores tradicionais, provoca-se certas ações que reforçam o caráter excludente que invade a política brasileira e tenta interferir na educação e na diversidade social do país. Nesta perspectiva, Miskolci e Pereira (2019) relatam que a distribuição do material didático de combate à discriminação provocou no Congresso brasileiro mobilizações contrárias, tendo outro significado e “terminou apelidado de ‘Kit Gay’ por alguns deputados da bancada evangélica que, com apoio de grupos católicos e outros contrários aos direitos sexuais, terminou por ser vetado pela presidência da república.” (MISKOLCI; PEREIRA, 2019, p. 5).

A ausência de respeito aos direitos sexuais e as barreiras culturais que vão sendo estabelecidas pela falta de conhecimento sobre o espaço escolar, bem como os interesses de grupos específicos, seja no âmbito social ou político, propiciam o surgimento do preconceito e das práticas discriminatórias na sociedade.

Conforme menciona Almeida (2016) o veto da presidenta Dilma Rousseff “caracterizou um retrocesso significativo nas políticas de combate à LGBTfobia, uma

vez que o KIT objetivava produzir uma formação respeitadora da diversidade de orientação sexual na educação pública brasileira.” (ALMEIDA, 2016, p. 62-63).

A discussão sobre dignidade e respeito à diversidade sexual se fortalece quando é debatida, analisada e construída dentro das instituições de ensino, pois as escolas devem trabalhar para a garantia dos direitos de todos e de uma educação inclusiva. Neste contexto foi implantada outra proposta destinada às escolas, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), apresentada em 2007, em sua versão definitiva.

O PNEDH foi elaborado a partir de documentos nacionais e internacionais, como o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), lançado em 2005. No entendimento de Silva e Tavares (2013) o Programa Mundial, o PNEDH e o PNDH III são direcionados à formação dos indivíduos, bem como

para o respeito à dignidade, à diversidade e à diferença. As compreensões igualmente incluem a construção de uma cultura que deve permear a prática educativa, o currículo e o projeto político-pedagógico das escolas, e deve ser crítica, problematizadora, geradora de conhecimentos e conteúdos de acordo com as pautas e demandas da sociedade. (SILVA; TAVARES, 2013, p. 54).

Estas ações estão atentas às práticas em direitos humanos, construídas a partir dos anseios da sociedade civil e dispõem de métodos voltados a atender os direitos dos cidadãos. A proposta de uma educação em direitos humanos contempla a valorização à diversidade, bem como reconhece a pluralidade existente nos processos formativos. Dentre as ações programáticas apresentadas no Eixo I – Educação Básica do PNEDH, podemos destacar que nas Instituições de Ensino é preciso

fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas. (BRASIL, 2007, p. 33).

Estas proposições são fundamentais para as escolas promoverem o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos voltados à igualdade, respeito, inclusão, bem como o combate ao preconceito à diversidade sexual. Neste aspecto é relevante mencionar, de acordo com o exposto, a capacitação do professorado para trabalharem alguns temas que se tornam complexos, tanto para a transmissão das informações, como a recepção dos conteúdos pelos/as discentes.

Conforme Yara Sayão (1997) o corpo docente possui um papel expressivo para o alunado, constituindo-se em transmissores confiáveis para os assuntos que envolvem a sexualidade. Assim, a autora considera que é necessário que o educador ou a educadora que deseja realizar atividades que envolvam a orientação sexual, deve apresentar disponibilidade para realizar este trabalho, bem como realizar “formação em temas afins à sexualidade. O educador interessado deve entrar em contato com as questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas e suas diversas abordagens [...]” (SAYÃO, 1997, p. 115). Vale ressaltar que o termo “orientação sexual” é utilizado pela autora no sentido de pluralidade existente na sexualidade.

Atendendo as necessidades de políticas educacionais, o Governo Federal, através das secretarias especializadas, instituiu cursos e capacitações com temáticas relativas à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, destinadas aos profissionais que atuam em Instituições de Ensino.

Dentre os trabalhos realizados, podemos destacar as ações apresentadas pela Rede de Educação para a Diversidade (REDE) e os projetos: Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual; Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas, e por último, Gênero e Diversidade na Escola (2006). Este projeto, de acordo com Biancon, Maia e Costa (2014), destinava-se aos docentes de escolas públicas e dentre os temas discutidos tem-se a orientação sexual e afetiva. Sobre a pertinência do projeto

entendemos a importância do debate na formação continuada das/os professoras/res, pois é um momento relevante para propor aos docentes em Formação o entendimento das sexualidades, das diferenças e dos papéis de gênero, [...], as/os professoras/res têm dificuldades de trabalhar a temática da sexualidade por despreparo pedagógico. (BIANCON; MAIA; COSTA, 2014, p. 194).

Assim, os/as profissionais da educação que trabalham ou pretendem desenvolver ações relacionadas à diversidade sexual, no cotidiano escolar, necessitam de qualificação sobre as diversas temáticas que envolvem a pluralidade sexual nas escolas, além de estarem preparados para munir os ambientes escolares de informações e expansão de conhecimentos sobre a diversidade sexual e a importância do respeito às diferenças na educação formal. Neste sentido,

mostra-se imperiosa a construção de uma cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de enfrentamento da homofobia, através da capacitação dos profissionais da educação, especialmente os professores.

Isto irá fortalecer o papel que os referidos profissionais exercem de promotores da cultura do respeito aos direitos humanos, da equidade entre todas as pessoas e da valorização da diversidade, e contribuirá para que a escola seja um espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira, e não um instrumento de reprodução de preconceitos. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 226).

Nesta perspectiva, a escola como um espaço democrático e emancipatório contribui no desenvolvimento da Educação e na construção do respeito à diversidade sexual, bem como na liberdade e dignidade humana. Portanto, a educação é primordial na estruturação de uma coletividade igualitária. A privação deste direito social, presente na Constituição Federal (1988), gera a exclusão dos indivíduos da obtenção de conhecimentos, de informação, ou seja, do privilégio de ser instruído para um melhor aperfeiçoamento e prática cidadã.

De acordo com Taffarel e Carvalho (2019) no decorrer do Governo Lula e posteriormente da presidenta Dilma, período compreendido entre 2003 e 2016, foram desenvolvidas avanços nas políticas públicas da educação brasileira, tais investimentos tiveram aprovação, implementação e avaliação que se transformaram em projetos, ações e programas governamentais. Vale ressaltar que no Governo Lula foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)³ no MEC, Secretaria que

apresentava como escopo a articulação de ações relacionadas à educação escolar indígena, diversidade étnico-racial, gênero e diversidade sexual, além da educação de jovens e adultos, da educação ambiental e do campo. Apesar das críticas por unir áreas tão complexas, a Secretaria passou a desempenhar outro papel importante: atuar enquanto canal de comunicação entre o Ministério de Educação Cultura (MEC) e o movimento social [...]. (ALVES, 2019, p. 98).

Desta forma, a SECADI desempenhava um relevante papel para uma proposta educacional pautada na equidade, valorização à diversidade e à inclusão social. As transformações na referida Secretaria começam a acontecer no Governo de Michel Temer, que assumiu a presidência após a conclusão do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016.

Segundo Miskolci e Pereira (2019) no que se refere ao reconhecimento das diferenças o Governo Temer integrou as Secretarias Especiais no Ministério dos Direitos Humanos e retirou a função da Secretaria de Educação Continuada,

³ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi criada por meio do Decreto nº 5.159 de 28 de julho de 2004. Com a incorporação da política de inclusão, a Secretaria tornou-se SECADI (Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012).

Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Posteriormente, a SECADI foi extinta no Governo Bolsonaro por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

Segundo Silva, Santos e Souza (2020) nota-se a desconstrução na educação de políticas públicas para estudantes do campo, pois a SECADI acompanhava as necessidades educacionais das áreas rurais. Neste sentido

observa-se que o cenário atual vem apontando para um retrocesso político dos sistemas educacionais dos estados e municípios brasileiros, com viés ideológico neoliberal, retomando uma política retrógrada e conservadora aos moldes tradicionais para formação de cidadãos, que se declina para a extinção ou o silenciamento da Educação do Campo, além de outros problemas sociais, como a falta de investimento em educação. (SILVA; SANTOS; SOUZA; 2020, p. 50-51).

Desta maneira, a educação no Brasil encontra-se sensível às ações políticas com princípios que não contemplam a redução das desigualdades sociais e na insistência em governar para uma parcela da população, excluindo aqueles que não estão inseridos nestes planos de governo que retardam o desenvolvimento educacional brasileiro.

5 PERCEPÇÕES E RUMOS DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A educação integra o processo social no qual envolve o ensinar e aprender na trajetória do sujeito nas fases da vida. Ela prepara os indivíduos para a interação com a sociedade através do desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes que vão ganhando significados durante o processo de aprendizagem. De acordo com Sarmiento (2016) a infância contribui para formar a personalidade dos sujeitos no decorrer das etapas evolutivas, onde a fase infantil inclui a sexualidade. Assim, a autora explana que a construção da identidade sexual na infância surge da educação formal, como a escola, e informal, no contexto social ou familiar, no qual ambos se combinam por serem meios permeáveis.

Neste sentido, entende-se que a compreensão sobre sexualidade é incorporada pela educação formal e informal e cada pessoa organiza os “conteúdos aprendidos em seu consciente e inconsciente de uma maneira única, o que depois reflete em seu modo de ser no mundo e de vivenciar a sexualidade.” (SARMENTO, 2016, p. 22). Desta forma, os preceitos apreendidos na formação educacional, seja formal ou informal, implicam na construção da identidade sexual dos sujeitos.

A aprendizagem se forma em um conjunto de fatores sociais que contribuem para o desenvolvimento de cada um, assim é importante destacar o papel desempenhado tanto da escola como da família na transmissão de informações sobre o universo da sexualidade às crianças e adolescentes. Neste sentido a instituição educacional

deve saber reconhecer que cada família tem seus valores, que são transmitidos para os filhos. Não cabe à escola competir com a família nem ocupar seu lugar. Ela deve ter o seu papel claramente diferenciado e definido. Mesmo cumprindo o seu papel com responsabilidade e competência, a escola tem seus limites no trabalho de informar os alunos e auxiliá-los a terem seus próprios valores na vida sexual, sabendo respeitá-los com coerência. (SAYÃO, R., 1997, p. 102).

Deste modo, não se torna papel da escola disseminar todos os conhecimentos sobre a sexualidade aos alunos sem a participação da família e nem negar que exista a necessidade de discussão destes assuntos no ambiente escolar, da mesma forma, não cabe à família isentar-se da responsabilidade de educar os filhos com conhecimentos sobre a sexualidade, na segurança que a escola deva exercer esta função. É na associação da educação formal com a informal que se conquista uma educação sexual de forma satisfatória.

Nesta perspectiva, Barzotto e Seffner (2020) ressaltam a problemática social existente em torno da educação de crianças e jovens no qual envolvem escola, família e religião, deste modo, esta questão educacional permanece em constante intensidade e se fortalece quando considera-se a falta de experiência na juventude. Os autores ainda mencionam que esta discussão do processo de educar sempre esteve em pauta em distintos períodos da história na sociedade, assim,

não é de hoje que a negociação de fronteiras é tensa entre o que é 'próprio' da família em termos de educação de seus filhos e suas filhas; o que é 'próprio' da escola pública em termos de educação de seus alunos e suas alunas; e o que é 'próprio' das religiões em termos de educação de seus fiéis. (BARZOTTO; SEFFNER, 2020, p. 162-163).

Este campo de disputa pode dificultar as relações do ensinar e aprender e gerar conflitos entre as competências do sistema educacional e da família. Neste sentido, este debate se impulsiona quando mencionamos o Projeto de Lei nº 7180/2014, de autoria do ex-deputado Erivelton Lima Santana que é filiado ao Partido Social Cristão do estado da Bahia.

A proposta apresentada pelo ex-deputado altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a legislação das diretrizes e bases da educação nacional. Dentre as alterações sugeridas destaca-se os valores familiares de forma prioritária sobre os ensinamentos escolares, incluindo-se a educação sexual e moral neste processo. Neste aspecto, ao sistema educacional não cabe a competência de desempenhar conhecimentos sobre as temáticas de responsabilidade familiar.

Já o Projeto de Lei nº 867/2015 que está apensado ao Projeto de Lei nº 7180/2014, trata da inclusão na proposta do "Programa Escola sem Partido". Para Penna (2016) este Programa mostra como propósito a disparidade entre discentes e docentes, no qual o processo de criticidade está ausente do meio escolar. Desta forma,

uma das maiores contradições da lógica deturpada do programa Escola sem Partido é deixar que crianças e jovens sejam proibidos de discutir temáticas relevantes em sala de aula e fiquem à mercê da educação familiar, que não pode ser questionada em sala de aula. Se uma criança aprender através de exemplos familiares a agir de forma racista ou machista, a escola não poderá fazer nada com relação a isso. (PENNA, 2016, p. 56)

A aprovação destes Projetos pode significar retrocessos no sistema educacional e provocar tensões entre valores sociais e culturais, dissociando a educação formal da informal, bem como colocando a escola na condição de

transmissora de conteúdos e os educandos e educandas como mero receptores de informações, isentos do processo emancipatório destes sujeitos. Neste entendimento, estes indivíduos serão conduzidos pelos anseios familiares, bem como pelo modo de entender a educação sexual de acordo com os valores morais ensinados no âmbito familiar.

5.1 A educação sexual na escola

A discussão da sexualidade no ambiente escolar não é um assunto da atualidade, o histórico de fatos que marcaram a trajetória da educação sexual é abrangente e repleta de avanços e retrocessos. Segundo Yara Sayão (1997) na segunda metade do século XVIII, na França, a educação sexual provocou inquietações aos educadores/as, justamente no período de rejeição aos indícios da sexualidade na infância. Já no final do século XIX a temática da sexualidade nas escolas estava voltada para os abortos ilegais e as doenças venéreas, atualmente chamadas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). No que se refere ao início do século XX, no Brasil, por

influência das correntes médico-higienistas em voga na Europa, surgem as primeiras idéias sobre educação sexual, que apregoavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, visando também à preparação da mulher para o exercício do papel de esposa e mãe. (SAYÃO, Y., 1997, p. 108).

Neste contexto, o entendimento da educação sexual estava direcionado à negação da sexualidade na infância, às doenças adquiridas através do ato sexual, o abortamento (que significava o impedimento da procriação) e por fim, a manutenção do papel feminino voltado para a constituição da família. De acordo com Figueiró (1998) foram registrados pelo país implementações de projetos sobre educação sexual, mas fatos políticos ocorridos no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 interviam de forma negativa para o andamento destas ações. Vale ressaltar que em maio de 1970 o Congresso sancionou a censura prévia de livros e jornais.

O contexto político brasileiro não favorecia o surgimento de propostas que não estivessem em acordo com os padrões e controle social que o Governo ditatorial pretendia manter, assim,

um outro empecilho para a implantação da Educação Sexual nas escolas foi a política de planejamento familiar pró-natalista, adotada na época. Em 1965, Ataliba Nogueira, Secretário de Educação de São Paulo, proibiu aos professores de escolas públicas a transmissão de informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade. A medida interferiu diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos, limitando os assuntos que podiam ser debatidos. (FIGUEIRÓ, 1998, p. 125-126).

Desta maneira, a discussão da educação sexual no ambiente escolar estava sendo reprimida ou proibida pelo autoritarismo e pela defesa de uma sociedade regrada por ideias moralistas. As transformações neste cenário ocorrem nos últimos anos da ditadura, de forma notória, na abertura política e no afrouxamento da censura. Segundo Biancon, Maia e Costa (2014) pode-se levar em consideração que no período entre 1970 e 1980 as propostas e pesquisas de educação sexual estavam relacionadas a intelectuais feministas e no contexto educacional as ações mais proveitosas expandiram-se após a década de 1980, além disto

o HIV/AIDS foi a epidemia do final do século XX que trouxe para o campo educacional a discussão da temática sexualidade na escola. No campo dos documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1996 trouxeram o tema Orientação Sexual para dentro da escola, envolvendo conceitos sobre sexo, sexualidade, preconceitos, tabus, atitudes e comportamentos. (BIANCON; MAIA; COSTA, 2014, p. 192-193).

Assim, a educação sexual foi buscando espaço de discussão nas escolas em diferentes períodos, apesar de sua efetividade ser influenciada por interesses sociais e culturais, o tema da sexualidade foi tentando se firmar no convívio escolar. Vale salientar a importância da implementação de um programa educacional extensivo como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que são instruções a nível nacional sobre a educação. Para Santana e Oliveira (2012) os PCNs do ensino fundamental contemplam os temas transversais que são temáticas sociais do cotidiano e que influenciam no ato de prevenir e promover as condutas e preceitos para o bem-estar, a natureza e na condição de cidadão. No que compete à organização dos conteúdos para o ensino “no currículo, espera-se dos temas transversais que levem os alunos a refletir sobre a sua conduta e a dos outros a partir de experiências no convívio escolar.” (SANTANA, OLIVEIRA, 2012, p. 74).

O tema transversal orientação sexual propõe as escolas ações a serem elaboradas para que os alunos e as alunas estejam aptos a desenvolverem valores e atitudes ao término do ensino fundamental. Esta temática busca educar a juventude para o desenvolvimento de uma consciência crítica de suas ações na

sociedade no que se refere as relações sexuais e afetivas. Nestes termos, a orientação sexual, proposta pelos PCNs, tem por objetivo

contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (BRASIL, 1998, p. 311).

Esta proposta incluída no projeto educativo das escolas possibilita um diálogo que não se limita aos conhecimentos físico-anatômicos do corpo, mas uma abordagem de diversos temas que possam contribuir no processo educacional e sexual na juventude. Segundo Lira e Jofili (2010) nos PCNs voltados para a orientação sexual apresenta-se algumas sugestões, como de

integrá-la através da transversalidade, de forma que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos encontrem-se contemplados nas diversas áreas do conhecimento. Assim, o trabalho de orientação sexual também implica o tratamento de questões que nem sempre estarão articuladas com as áreas do currículo, emergindo e exigindo do professor **flexibilidade, disponibilidade e abertura** para trabalhá-las. Algumas pesquisas, porém, vêm questionando as condições do professor de exercer este papel no dia-a-dia na escola. (LIRA; JOFILI, 2010, p. 24, grifo do autor).

Deste modo, à escola propõe-se práticas pedagógicas que possam contribuir para sanar as dúvidas e curiosidades das crianças e adolescentes. Ao pessoal docente busca-se habilidades e preparação para desenvolver atividades com o alunado, que contemplem as diversas questões da sexualidade no cotidiano.

Além destas proposições é relevante mencionar que as orientações apresentadas nos PCNs foram elaboradas no final do século XX, após este período, outros assuntos relacionados à sexualidade que não foram contemplados no referido documento vieram à tona, assim

compreendemos que o texto dos PCNs encontrava-se condicionado em seu tempo e espaço, e, ao final do século passado, embora se tenha avançado nos debates referentes a questões de gênero e sexualidade, os professores, técnicos e elaboradores das políticas educacionais ainda se viam diante de situações muito aquém de seus entendimentos. (MARTINS; CASTRO, 2016, p. 132).

Nesta perspectiva, surge a necessidade de avaliar a atualização ou elaboração de um PCN que contenha novas informações sobre as temáticas que envolvem a sexualidade, pois o contexto atual abrange visões sociais, políticas e

culturais que se renovaram com a virada do século, incluindo-se nesta proposta uma atenção à equidade de gênero e à diversidade sexual.

Compreendendo-se as limitações dos PCNs, este fato não impede que quem educa aborde em suas práticas de trabalho outros conteúdos durante as aulas. Aos professores e professoras é concedido a atribuição de esclarecer, informar ou orientar a juventude sobre valores e práticas para a convivência social, buscando aperfeiçoar conhecimentos e estarem dispostos a assumir o papel de educador/a sexual. Neste sentido, a orientação sexual sugerida no

contexto contemporâneo necessita ancorar-se numa concepção pluralista da sexualidade, ou no reconhecimento da multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados. O educador, ao assumir o importante papel de transmissor e formador, necessita despir-se dos seus valores, preconceitos, tabus para que possa abordar tanto questões teóricas, leituras e discussões sobre o tema, atendendo especificidades e generalidades sobre o mesmo, como questões práticas, entre outras. (OLIVEIRA, 2009, p. 188).

Assim, a função atribuída ao educador ou educadora que trabalha a educação sexual em sala de aula contém responsabilidades com o conteúdo transmitido, o compromisso e o respeito à diversidade, bem como a atribuição de isentar-se de preconceitos e discriminações que possam dificultar a comunicação com o alunado.

As habilidades docentes para trabalhar a sexualidade ultrapassa os conhecimentos biológicos e a função reprodutiva do corpo, pois a sexualidade é uma concepção que se forma culturalmente e socialmente, assim, transcorre em outras áreas do conhecimento (SILVA, 2015). Os caminhos da educação sexual no século XXI requerem aprendizados no campo dos gêneros, da diversidade sexual e compreensão das múltiplas formas e relações afetivas e sexuais que possam surgir no ambiente escolar.

5.2 A Pluralidade na escola

A educação sexual tem avançado no decorrer do tempo, rumo a novos debates e concepções sobre a sexualidade. A implantação de políticas educacionais que apresentem uma discussão sobre a diversidade sexual nas escolas é um indício da mudança de sentido em relação ao que se entendia anteriormente por sexualidade. A implementação do Programa Brasil sem Homofobia e do Projeto Gênero e Diversidade na Escola são evidências que a contemporaneidade nos

revela vertentes possíveis para se planejar ambientes de aprendizagem mais tolerantes às diferenças, pautados na igualdade e no respeito.

Estas ações governamentais são indicativos que a sociedade está cada vez mais plural e que a diversidade sexual chegou à escola e que é necessário atentar-se a esta realidade, pois a permanência da juventude no meio escolar ainda é uma prioridade. Segundo Seffner (2009) é necessário que o sistema educacional estabeleça métodos para incluir os públicos diversos na escola, não basta que a criança ou adolescente esteja na escola, é preciso que se elabore possibilidades de acesso ao ensino e que ele se sinta acolhido e permaneça neste espaço de aprendizagem.

A inclusão da diversidade sexual na escola é uma provocação aos métodos tradicionais de ensino e a necessidade de se propor outras alternativas disciplinares. Na escola, quando os padrões heteronormativos são enfraquecidos abrem espaços para acolher as diferenças, então cabe ao corpo docente conhecer quais os públicos diversos que estão se inserindo no ambiente educacional, bem como compreender “suas questões e seus problemas, suas necessidades de conhecimentos, os professores e as professoras, que detêm autonomia pedagógica, devem elaborar outros programas e diretrizes para o ensino.” (SEFFNER, 2009 p. 134). Esta proposição de renovar as maneiras de ensinar e aprender está diretamente associada aos perfis dos sujeitos que estão ingressando nas instituições de ensino e que não estão adequados aos padrões culturais que se encontram presentes nos ambientes formais de aprendizagem.

Para que aconteçam as transformações no âmbito educacional é preciso que a escola se reconheça como resistente à aceitação da pluralidade sexual. De acordo com Louro (1997) o que se propõe de forma clara pela escola é a formação de indivíduos heterossexuais, seguindo normas sociais das quais o sistema educacional faz parte. Neste sentido, as práticas pedagógicas que formam o processo educativo acabam favorecendo a permanência deste pensamento que criam barreiras para a inclusão da diversidade no ambiente de aprendizagem.

Diante disto, a educação formal está seguindo o sistema hegemônico que normaliza as pessoas e buscam determinar os papéis sociais dos sujeitos, silenciando a existência da diversidade sexual e reforçando que

a linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um

exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 84-85).

Este enfoque da educação revela que as relações desiguais estão presentes no processo educativo, ou seja, no conteúdo a ser lecionado, na transmissão das informações, munidas de valores e crenças pessoais, na metodologia e nas maneiras disciplinares de educar. A naturalização destes fatos reforçam as disparidades de gênero, as sutis manifestações de preconceito e que a formação escolar reproduz modelos de exclusão e recusa à diversidade sexual na escola.

O indicativo de uma desigualdade entre os indivíduos estabelecida por fatores políticos, sociais e culturais, nos direcionam a uma análise sobre a diversidade sexual, em termos territoriais, ou seja, urbano e rural. A pesquisa *Produção de Sentidos sobre Diversidade Sexual por Jovens Rurais* (2018) mostra uma percepção através da criação de discursos apresentados por jovens que expõem uma proximidade entre a pluralidade e a área urbana, bem como da tradição e a área rural.

Segundo Primo (2018), autora da referida pesquisa, as juventudes do campo aparentam entender que as relações no meio rural encontram-se interligadas e movidas “por questões familiares e comunitárias fortemente tradicionais, inerentes a ações e pensamentos recatados e resistentes, os quais censuram a expressão das diversidades, bem como, no caso, das variadas práticas sexuais.” (PRIMO, 2018, p. 143). Assim, os valores construídos pela família e a comunidade que juntos formam a sociedade rural seguem padrões heteronormativos que conseqüentemente excluem outras manifestações sexuais e afetivas que possam surgir nas relações cotidianas no meio rural.

Enfim, as práticas pedagógicas dos/das profissionais da educação que buscam inserir a diversidade sexual nas escolas rurais estão sujeitos a se depararem com os valores, crenças e atitudes pertencentes à educação informal do alunado, bem como de um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que regem a educação formal. O desafio no exercício da docência está em conciliar estes dois processos educacionais a fim de formar indivíduos que reconheçam e respeitem a multiplicidade sexual presente na sociedade.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa foram estruturadas metodologias capazes de facilitar o entendimento sobre o objeto estudado, bem como o uso de procedimentos científicos que pudessem apresentar elementos suficientes para a construção de hipóteses e suscitar respostas ou explicações sobre como o professorado trata a temática da diversidade sexual no âmbito escolar.

Na fase de elaboração da investigação científica foram selecionados métodos e técnicas que contribuíssem para o desenvolvimento das etapas da pesquisa e que fossem capazes de corroborar com o problema e o objetivo do trabalho. Neste contexto, o método de abordagem deste estudo foi o indutivo.

Conforme o entendimento de Souza (2020), o termo induzir deve ser compreendido como uma ferramenta que conduza o pesquisador a verificar

por **critérios lógicos**, fatos, objetos ou situações **singulares**, cujas características podem, em princípio, ser transformadas em **proposições gerais** que servirão para explicar outros semelhantes. (SOUZA, 2020, p. 69, grifo do autor).

O método indutivo possibilita encontrar prováveis conclusões, após a observação dos fatos. Neste caso, a presente pesquisa partiu da particularidade de entender a situação local, para se atingir uma dimensão mais ampla que pudesse sustentar as bases do estudo.

A fim de apresentar argumentações para questões do cotidiano educacional, como ponto de partida para a investigação, tem-se a questão fundamental da pesquisa: quais as implicações e desafios da ação educativa diante de questões relacionadas à diversidade sexual em escolas rurais, cujos espaços podem dispor de profissionais da educação com preceitos heteronormativos?

Associada a esta questão fundamental, convencionou-se o uso da abordagem da pesquisa qualitativa. Assim, para a realização do processo investigatório, o

pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Neste aspecto aplicou-se um questionário semiestruturado destinado aos profissionais da educação, como forma de coletar informações que norteassem um

entendimento sobre a realidade dos sujeitos pesquisados, por meio da observação e interpretação do que foi exposto pelos participantes.

Em relação aos caminhos que direcionam a investigação foram elaboradas as questões de pesquisa (hipóteses), que se relacionam à questão fundamental do estudo. Assim, propõe-se as seguintes afirmações provisórias:

- a) existe uma carência no ensino da diversidade sexual nas escolas rurais;
- b) os/as docentes necessitam de capacitações para tratar de temas como educação sexual, orientação e diversidade sexual;
- c) a discussão sobre a diversidade sexual deve estar presente no cotidiano das escolas.

Nos ambientes educacionais da realização da pesquisa almejou-se levantar hipóteses e propor ações para reduzir as diferenças sociais no âmbito escolar, com o intuito de coletar informações que pudessem facilitar o entendimento das questões apresentadas nos objetivos específicos.

Referente à metodologia do trabalho, a natureza foi a pesquisa aplicada que consiste em “pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica.” (GIL, 2019, p. 26).

Neste sentido, o presente estudo analisou 2 (duas) escolas rurais de São Raimundo Nonato - Piauí, na busca de informações sobre questões relacionadas à diversidade sexual no meio rural e as diferentes metodologias adotadas por profissionais da educação, no que se refere à educação sexual no espaço escolar.

A respeito dos propósitos gerais da pesquisa, podemos classificá-lo em pesquisa exploratória, que tem o intuito de gerar maior proximidade do pesquisador com o problema a fim de torná-lo mais compreensível. (GIL, 2019).

A utilização da pesquisa exploratória também contemplou uma dinâmica na abordagem do assunto, envolvendo um levantamento bibliográfico, o uso de questionamentos ao público-alvo da pesquisa (docentes), bem como análise de todos os elementos que estimulassem a compreensão do objeto em estudo.

Adotou-se no trabalho o procedimento técnico levantamento de campo (*survey*), este delineamento na investigação utiliza-se da

[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado [...]. (GIL, 2008, p. 55).

Mediante o exposto, esta investigação utilizou-se do problema da pesquisa para desenvolver metodologias capazes de direcionar o entendimento do fato estudado, ou seja, entender os caminhos didáticos utilizados por docentes ao tratar a temática da diversidade sexual em sala de aula.

Logo, o levantamento das informações pertinentes para a realização da pesquisa se deu por meio da coleta de dados, destinado aos professores/as de escolas rurais municipais e foi efetuado através da aplicação de questionário semiestruturado, enviado por mensagem de correio eletrônico (escritas de forma clara e direta). Vale ressaltar que o uso das questões abertas se deu no intuito de possibilitar ao respondente expor sua opinião sobre a temática abordada.

A respeito das estratégias de pesquisa, após a coleta dos dados foram estruturadas as respostas em grupos de categorias para se efetuar uma leitura exaustiva sobre o material disponibilizado. A explanação dos dados e os resultados obtidos com as questões fechadas se deram por meio da representação gráfica circular, para posteriormente serem realizadas a interpretação dos dados. Já em relação às questões discursivas viabilizou-se incluí-las em Planilha *Excel* para análise das respostas e verificação das opiniões e sugestões apresentadas pelo corpo docente sobre a temática abordada. Assim, o procedimento de análise dos dados empenhou-se em entender a relação dos dados obtidos e as hipóteses estabelecidas no estudo.

No que tange à análise do documento Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas, foi realizada a leitura para identificar elementos que se aproximavam do objeto de estudo, desta forma, efetuou-se o destaque de pontos convergentes com a diversidade sexual. Nesta perspectiva, a representação escrita, em forma textual, foi a maneira de demonstrar os dados coletados.

6.1 Descrição do Estudo

O processo técnico para obtenção dos dados da pesquisa se efetivou através de um questionário eletrônico, destinado aos profissionais da educação que trabalham em escolas municipais com o Ensino Fundamental II - 6º a 9º ano, na zona rural de São Raimundo Nonato, nas seguintes Unidades Escolares: Joaquim Horácio Ribeiro (povoado Novo Horizonte) e Inocêncio Pereira de Carvalho (povoado Pé do Morro). Segue abaixo imagens das referidas escolas.

Fotografia 1 – Unidade Escolar Joaquim Horácio Ribeiro



Fonte: Direção da escola Joaquim Horácio Ribeiro, 2021

Fotografia 2 – Unidade Escolar Inocência Pereira de Carvalho



Fonte: Direção da escola Inocência Pereira de Carvalho, 2021

O critério de escolha das escolas pesquisadas se deu pela proximidade da zona urbana, a fim de facilitar o deslocamento até os locais de pesquisa no intuito de coletar dados sobre o ambiente escolar, analisar os documentos da escola e obter informações sobre o corpo docente, a fim de aplicar posteriormente o questionário. A pandemia por coronavírus teve início no 1º semestre de 2020, no Brasil, impossibilitou as visitas presenciais aos locais de pesquisa, bem como o agravamento da pandemia limitou todas as comunicações com os participantes da investigação que foram efetuadas neste período, por telefone, mensagens de correio eletrônico ou pelo aplicativo *whatsapp*. No que tange à seleção do público-alvo do estudo considerou-se todos os educadores e as educadoras que lecionavam no

Ensino Fundamental II - 6º a 9º ano, nas escolas pesquisadas em um total de 15 participantes.

O questionário foi aplicado de forma virtual, por meio de um *link* do google formulário, disponibilizado por mensagem de correio eletrônico ao público-alvo da pesquisa, bem como envio de lembretes por mensagem ao aplicativo *whatsapp*. O período estipulado para receber o questionário respondido foi de uma semana, e dentro deste intervalo todos e todas encaminharam as respostas. O planejamento e a estruturação das questões foram estabelecidas em quatro grandes blocos, destacando-se as perguntas pessoais, profissionais, sobre a diversidade e a escola e por último as sugestões, esta foram compostas por duas perguntas abertas.

A coleta de dados aconteceu após o projeto de pesquisa ser aprovado pelo Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e após consentimento, por escrito, das Gestoras da escola em inserir a Instituição no estudo. Em relação às garantias éticas aos respondentes da pesquisa, estes foram convidados a participar da investigação, após conhecimento da proposta do estudo. O questionário aplicado utilizou a identificação através de pseudônimo e o conteúdo dos questionários ficarão armazenados em pastas de arquivos do google *drive* sob a responsabilidade da equipe executora do estudo, por um período de no mínimo 05 anos.

Os resultados obtidos na investigação podem contribuir como amostra da realidade social das escolas rurais ao convergir com a temática da diversidade sexual, pois traz informações pertinentes neste aspecto para analisar os espaços de aprendizagem formal, além de auxiliar no planejamento escolar de docentes e gestores da educação ao tratar do referido tema no ambiente escolar e proporcionar novas perspectivas para as ações de políticas inclusivas de indivíduos sexualmente diversos nas escolas rurais.

A elaboração do produto final (cartilha) contou com o apoio dos seguintes profissionais: psicóloga, pedagogo e assistente social da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), bem como uma parceria com o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI/UNIVASF). O SIBI irá disponibilizar e divulgar a cartilha por meio do sistema informatizado de gerenciamento de dados *Pergamum* fornecendo informações sobre a diversidade sexual na educação formal, para conhecimento da comunidade interna e público externo da Instituição.

A proposta de uma cartilha destinada aos profissionais da educação tem a intenção de orientar, motivar e esclarecer ao pessoal docente, a importância de valorização da diversidade sexual da juventude para o desenvolvimento individual e um fortalecimento contra a discriminação e o preconceito à diversidade no âmbito escolar.

6.2 Contextualizando o espaço da pesquisa

O município de São Raimundo Nonato está localizado na mesorregião do sudoeste piauiense, com distância aproximada da capital Teresina em 550 quilômetros, já os povoados Novo Horizonte e Pé do Morro encontram-se respectivamente a 19km e 10km da zona urbana de SRN. Segue abaixo, o mapa com a localização da cidade.

Mapa 1 – Município de São Raimundo Nonato



Fonte: Google maps, 2021

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada do município, em 2020, foi de 34.877 pessoas que em sua maioria concentram-se na zona urbana e consideram-se pertencentes à religião católica. Conforme Silva e Santos (2016) a cidade de São Raimundo Nonato possui relevância nacional por fazer parte da área territorial que abrange a maior reserva arqueológica da América Latina, assim, o

ponto que projetou o município de SRN para o Brasil e o mundo foi o Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato, apesar de estar localizada nas caatingas do sudeste [sic] brasileiro região conhecida como Sertão Bruto, tem privilegiado pesquisas de referência no campo da Arqueologia liderada pela pesquisadora Niède Guidon. (SILVA; SANTOS, 2016, p. 56).

Ainda contextualizando o município de SRN, de acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a Estatística da Educação Básica em 2020, no que se refere à matrícula de discentes no ensino básico na dependência administrativa municipal, com localização rural obteve-se um total de 1.847 alunos matriculados. Nesta perspectiva, na rede municipal na zona rural obteve-se um total de 641 alunos matriculados no ensino fundamental - anos finais. Já em relação aos docentes que lecionaram nos anos finais do ensino fundamental na zona rural, de acordo com o referido estudo, tem-se um quantitativo de 50 profissionais que estavam vinculados à secretaria de educação municipal.

O município de SRN foi emancipado à condição de cidade no ano de 1912. Conforme Silva e Santos (2016) as características da população essencialmente pertencentes à zona rural influenciou a falta de progresso no meio urbano, por muitos anos. Este fato também pode ter provocado impactos nos setores que impulsionam o desenvolvimento da cidade, como o acesso à educação.

Para Alves (2018) neste período o ensino era favorável às classes com elevada condição financeira, as transformações no contexto da educação na cidade ocorreram no “início dos anos de 1960, com a implantação de Escolas Públicas conhecidas como de 1ª grau e 2ª [sic] grau para suprir a necessidade de educação básica que afligia a região.” (ALVES, 2018, p. 42).

Atualmente o município de São Raimundo Nonato conta com 3 instituições públicas de ensino superior - a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal do Piauí (IFPI) e a UNIVASF. Em análise ao contexto da pesquisa, conforme a Estatística da Educação Básica em 2020, tem-se um total de 13 instituições educacionais estaduais e municipais que ofertam a modalidade de ensino fundamental nos anos finais no município. Já na localização rural tem-se um quantitativo de 6 escolas que ofertam o ensino fundamental II.

No que tange aos sistemas de ensino desta investigação, a escola Joaquim Horácio Ribeiro oferta somente o ensino fundamental II, já a escola Inocêncio Pereira de Carvalho também abrange a educação infantil (pré-escola) e os anos

iniciais e finais do ensino fundamental. A respeito do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2019, a unidade escolar Joaquim Horácio Ribeiro obteve a nota 3,7 e a meta estabelecida foi de 4,2. Já a unidade escolar Inocêncio Pereira de Carvalho teve nota 4,5 e a meta para a escola era de 3,8. Ressalta-se que o IDEB é um parâmetro do MEC elaborado pelo INEP que

reúne os dados do SAEB e da Prova Brasil, e as taxas de aprovação, reprovação e evasão, obtidas por meio dos dados sistematizados do Censo da Educação Básica. A combinação desses dados gera um parâmetro balizador de metas a serem atingidas, com o propósito de monitorar e avaliar o sistema educacional do país, assim como assegurar a melhoria na qualidade da educação. (CHIRINEA; BRANDÃO, 2015, p. 463).

Neste sentido, o IDEB se torna um mecanismo de proposição de políticas públicas educacionais, os resultados se tornam ferramentas para se elaborar ações efetivas no intuito de promover uma educação de qualidade para todos/as, tendo por base o aprendizado das crianças e adolescentes.

7 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO RURAL EM DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

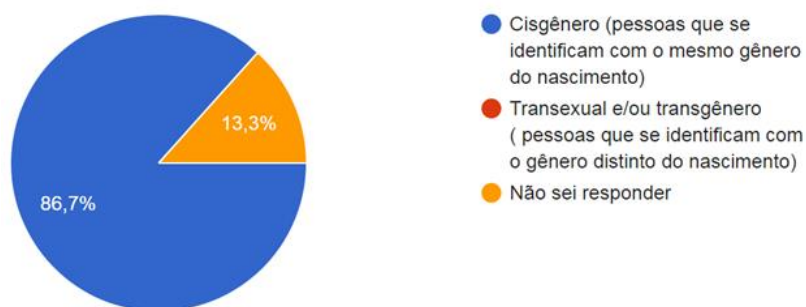
A pesquisa contou com a participação de 15 profissionais da educação, no qual 8 exerciam suas atividades na Unidade Escolar Joaquim Horácio Ribeiro e 7 na Unidade Escolar Inocêncio Pereira de Carvalho, que lecionavam nas disciplinas de ciências, educação musical, ensino religioso, geografia, história, inglês, língua portuguesa, matemática e educação física.

O questionário virtual constituía-se de 25 questões, considerando-se que a 1ª se destinou à leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e anuência voluntária em participar do estudo, marcando a opção “Li e concordo em participar da pesquisa.” Já a questão seguinte, se referiu à identificação do/a respondente por meio do uso de pseudônimo.

Os dados sociodemográficos evidenciaram que o professorado tem idade média de 43,5 anos (idade máxima: 62 anos e idade mínima: 28 anos), são predominantemente católicos, com orientação sexual em um percentual de 100% do público-alvo afirmando que são heterossexuais.

Em relação à identidade de gênero, apresentada no gráfico abaixo, o percentual de 86,7%, destas pessoas, identificaram-se com o mesmo gênero do nascimento, ou seja, são considerados cisgênero. Já 13,3% do corpo docente não souberam especificar a qual identidade de gênero pertencem. Nesta questão houve a necessidade de definição entre os termos cisgênero e transexual e/ou transgênero com a finalidade de esclarecer do que se trata para facilitar a compreensão na leitura do questionário.

Gráfico 1 – Qual a sua identidade de gênero?



Fonte: elaborado pelo autor.

Em seguida, verificou-se o tempo de atuação profissional no magistério e constatou-se um período compreendido entre 2 e 27 anos de trabalho na área de educação. A partir desta informação, podemos associar a atuação profissional com o aperfeiçoamento docente sobre a temática da diversidade e da sexualidade, na trajetória como educador/a.

Deste modo, perguntou-se *Você já fez algum curso ou capacitação que abordasse questões como Sexualidade, Diversidade Sexual ou Identidade de gênero?* A resposta, em percentual, foi de 60% do público-alvo dizendo que não obtiveram conhecimentos sobre sexualidade, diversidade sexual ou identidade de gênero, por meio de cursos ou capacitações.

Em seguida, o professorado também foi questionado a respeito da formação profissional (acadêmica) e se esta contemplou instruções para trabalhar a diversidade sexual em sala de aula. Somente 40% do percentual do pessoal docente informaram que receberam orientação para tratar do referido tema durante as aulas.

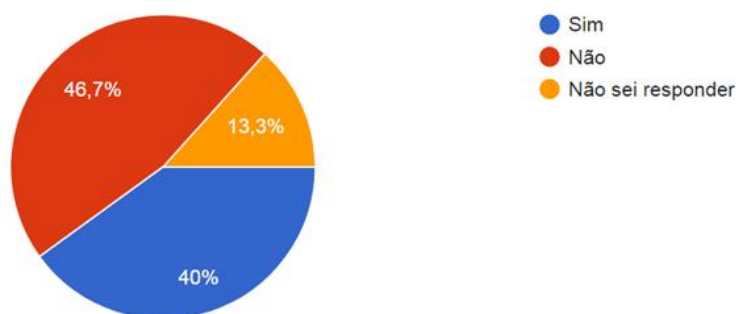
Estas respostas nos apresentam lacunas existentes tanto na formação profissional quanto no aperfeiçoamento do magistério para trabalhar com as temáticas que envolvem a diversidade sexual. Segundo Silva (2015) os currículos elaborados na academia em sua maioria não contemplam temas como gênero e sexualidade, os cursos de graduação reconhecem a relevância dos temas e a necessidade de discussão no meio acadêmico, mas pela ausência de manifestação por estudantes para inclusão dos temas no curso ou de docentes em ministrar esta disciplina, o assunto acaba não sendo abordado no decorrer da formação acadêmica. A inserção do debate da diversidade sexual na Universidade acaba não ocorrendo formalmente, pois se coloca esta questão como dependente de interesses específicos, associando a responsabilidade do diálogo na academia aos docentes que possuem afinidade com a temática ou aos discentes que apresentam interesse pelo tema.

A qualificação profissional de quem leciona nas escolas é essencial para habilitá-los às diversas situações que compõem no ambiente de ensino, especialmente no que tange à diversidade sexual. Corroborando com este entendimento, Junqueira (2008) explana que durante a graduação o professorado não é contemplado com assuntos sobre a aceitação da sexualidade de formas alternativas, a liberdade e o respeito à diversidade sexual e a identidade de gênero. Assim, segundo o referido autor, se torna pertinente o incentivo permanente e

abrangente de aperfeiçoamento dos conhecimentos do corpo docente, pois “na escola todo mundo educa, e educa sexualmente.” (JUNQUEIRA, 2008, p. 227). Na educação escolar a preparação profissional está relacionada com as demandas frequentes e atuais no processo de aprendizagem estudantil.

O gráfico abaixo traz um questionamento sobre a habilidade do/a profissional da educação para solucionar situações ocorridas em sala de aula, envolvendo questões sobre a diversidade sexual. Os resultados mostraram que um percentual de 46,7% do público-alvo não se consideram preparados para resolver situações quando o assunto é relativo a diversidade sexual, enquanto 40% do corpo docente afirma estarem aptos a solucionar eventuais ocorrências sobre a temática e 13,3% não sabem responder sobre a questão apresentada.

Gráfico 2 – Como educador (a), você se sente preparado (a) para resolver situações em sala de aula quando o assunto está relacionado a questões sobre diversidade sexual?



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante do exposto, pode-se inferir que a insegurança do pessoal docente em atuar como educadores/as sexuais tem relação com a carência de qualificação para trabalhar a diversidade em sala de aula. Para Yara Sayão (1997) é essencial o aperfeiçoamento do professorado com questões relativas à sexualidade, buscando-se conhecer as teorias e os variados enfoques sobre os assuntos relacionados ao tema, além de desenvolver a habilidade de aceitar como efetivas as demandas do alunado. Deste modo, é necessário que o/a profissional da educação participe de capacitações para se sentir preparada para trabalhar com a diversidade sexual e facilitar o ensino dos diversos temas que envolvem a sexualidade em sala de aula com crianças e adolescentes, no intuito de aperfeiçoar as habilidades sobre a transmissão do conhecimento de forma mais efetiva.

Neste contexto, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) apresenta recomendações para a inclusão e reconhecimento de pessoas

LGBTQIA+ no espaço escolar, no que se refere ao aperfeiçoamento dos/as docentes elencam-se as seguintes propostas: os cursos de graduação das instituições superiores necessitam incorporar nos currículos a discussão da diversidade sexual, bem como a preparação contínua do/a profissional com o apoio dos setores ligados à educação, além de contribuições de organizações e instituições de ensino e a oferta de capacitações.

A seguir, o gráfico 3 trata das práticas de ensino e da possibilidade de utilização de recursos diversos pelo professorado ao trabalhar o tema da diversidade sexual em sala de aula.

Gráfico 3 – Você já trabalhou em suas aulas a temática diversidade sexual, utilizando recursos diversos como, por exemplo, discussões a partir de imagens, debates de filmes, dinâmicas, roda de conversa com os alunos, etc.?



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apontam que 73,3% do público-alvo não trabalharam a temática da pluralidade sexual durante as aulas. Enquanto, 26,7% afirmaram ter realizado atividades em sala de aula sobre o tema e fazendo uso de recursos como áudio e/ou visuais e interações entre estudantes durante as atividades. Este percentual corresponde aos participantes que ministram na escola as disciplinas de ciências naturais, geografia e língua portuguesa e nos evidencia que as questões que envolvem o universo da sexualidade não se limitam à responsabilidade de uma disciplina, mas sim que deve permear todos os campos do conhecimento.

Neste viés, Felipe (2007) salienta que a transversalidade proposta pelos PCNs no que se refere à sexualidade coloca esta discussão de maneira abrangente em todas as disciplinas, esclarecendo a contribuição para a educação sexual não somente da biologia e das ciências, mas de outras áreas como geografia, matemática, literatura, língua portuguesa, dentre outras. Esta proposta distancia-se do pensamento que limita as questões da sexualidade ao diálogo

preventivo e acentua a necessidade de participação de variados âmbitos do conhecimento para trabalhar com esta temática que é diversa.

Os resultados demonstraram que além de se trabalhar o tema da diversidade sexual, o professorado fez uso de recursos diversos como ferramentas para conduzir as práticas de ensino. Seguindo este raciocínio, Figueiró (2009) propõe estratégias aos profissionais da educação ao ensinar a sexualidade e o respeito à diversidade sexual no intuito de facilitar a interação entre docentes e discentes. Dentre as metodologias apresentadas pela autora para serem realizadas durante as atividades referentes à educação sexual, podemos destacar: aula expositivo-dialogada ou participativa, “debate aberto”, ou seja, diálogo e troca de ideias, dramatização (encenação), dinâmicas com a turma, além do uso de filmes, episódios de telenovelas, obras literárias, dentre outros. Estas técnicas de ensino são meios para que os assuntos inseridos na educação sexual sejam transmitidos de maneira espontânea.

Para que a temática da pluralidade sexual seja inserida no ambiente educacional é preciso que a escola e o pessoal docente entendam a relevância deste conteúdo para as práticas cotidianas. Além disto, se torna necessário que a educação sexual seja percebida como importante para a formação social dos alunos e das alunas. A questão seguinte aborda o tema educação sexual no planejamento das aulas, desta forma, foi perguntado aos participantes: *No seu plano de trabalho, na escola, são contempladas aulas para tratar do tema educação sexual?*

Os resultados obtidos foram um percentual de 73,3% do público-alvo informando que não incluem no plano de trabalho o tema educação sexual, já um percentual de 20% afirmaram inserirem o referido tema no plano de aula e 6,7% não souberam responder. Esta realidade aponta que apesar da sexualidade estar presente na escola, a educação sexual está sendo silenciada pela maioria do professorado.

A educação sexual, geralmente, não é ofertada no ensino fundamental, alguns/as docentes alegam a insegurança para a transmissão dos conhecimentos, indisponibilidade para elaborar as aulas ou resumem tal situação na necessidade dos estudantes de solucionarem questões que envolvem a gestação não planejada (OLIVEIRA, 2009).

Vale ressaltar que os PCNs apresentam a proposta de discussão da educação sexual no ambiente de aprendizagem, através do tema transversal

orientação sexual, então é preciso que sejam elaboradas as oportunidades para este diálogo na educação, além do planejamento das disciplinas para inseri-los nas práticas pedagógicas. Neste sentido, Maistro (2009) discorre sobre os desafios de se trabalhar a sexualidade na escola e que quando os professores e as professoras não tratam desta temática estão sendo omissos, deixando que este assunto seja abordado somente de maneira informal, ou seja, fora da escola, sem a devida instrução.

A escola é um espaço propício para a realização do diálogo e a troca de saberes. Se os conhecimentos sobre a sexualidade ainda são recebidos com resistência no espaço escolar, onde serão discutidos e esclarecidos estes assuntos para o alunado de forma adequada?

Nesta pesquisa, também se torna imprescindível expor questões a respeito do ambiente educacional, a fim de compreender as implicações e desafios enfrentados pelo professorado, quanto ao ensino da diversidade sexual.

Sobre a atuação da escola quando o assunto é o respeito às múltiplas formas de sexualidade, temos a seguinte pergunta: *Em sua opinião, a escola promove projetos/ações destinadas aos alunos tratando sobre respeito às diferenças sociais no que se refere à sexualidade, diversidade sexual ou identidade de gênero?*

De acordo com as informações coletadas, tem-se um percentual de 66,7% do público-alvo que declaram que a escola não realiza atividades voltadas para o respeito aos estudantes sexualmente diversos, logo após, temos o percentual de 26,7% que afirmam que a escola desenvolve ações e projetos e 6,7% não souberam responder. A análise deste resultado pode ser correlacionada ao questionamento posterior: *No seu ponto de vista, a escola desenvolve atividades de combate ao Bullying (agressões: verbal, física e/ou psicológica)?*

O público pesquisado assegura, por meio de um percentual de 93,3%, que o ambiente escolar realiza ações de enfrentamento ao bullying e 6,7% não consideram que sejam promovidas estas atividades na escola. Diante disto, percebe-se que as ações direcionadas ao respeito das pessoas sexualmente diversas não estão contempladas nas atividades de combate ao bullying.

Para Martins *et al.* (2019) o termo utilizado para enfatizar a violência física e psicológica às minorias sexuais nas escolas é chamado de “bullying homofóbico”. O autor alerta que as agressões ao corpo e à mente que apavoram o público LGBTQIA+ não devem chegar ao ambiente escolar, pois ameaça a dignidade dos

indivíduos sexualmente diversos, além de afastá-los dos ambientes de aprendizagem.

Assim, os resultados das últimas 2 questões desta pesquisa apontam para um entendimento no ambiente escolar de que a ausência de respeito à diversidade sexual não influencia nas questões que envolvem o bullying, assim, supõe-se que são assuntos observados como distintos, que uma ação não implica na outra. Esta compreensão sobre o assunto é falha e reforça as atitudes discriminatórias no âmbito educacional.

A perspectiva abordada por Mazzon (2009) no Relatório Analítico Final do Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, apresenta a ocorrência de bullying no âmbito educacional, tendo como principais vítimas os/as jovens, com a motivação discriminatória por ser homossexual com um percentual de 17,4%, ocupando a 3ª posição após as motivações “por ser negro” e “por ser pobre”. O relatório também nos traz dentre os expressivos motivadores do bullying no sistema educacional o preconceito e a discriminação referente à orientação sexual e ao gênero.

Na educação, o respeito à diversidade sexual e o enfrentamento ao bullying não podem ser tratados de forma dissociada, pois quando estudantes sofrem qualquer tipo de violência por ser diferente sexualmente dos demais colegas, estamos diante de uma violação dos seus direitos. O Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) foi instituído no Brasil por meio da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.

A Lei de enfrentamento ao bullying define este termo como qualquer prática de agressão física ou psicológica produzida por intenção e de maneira constante sem evidência para motivar o fato, tendo entre outras características o ato de discriminar, humilhar, intimidar, usar apelidos depreciativos, termos preconceituosos ou chacotas direcionados a um ou mais indivíduos.

Nesta perspectiva, a fim de obter a opinião dos pesquisados e das pesquisadas a respeito da relevância de se discutir em sala de aula temas como preconceito e discriminação, apresentamos abaixo o gráfico demonstrativo desta questão.

Gráfico 4 – Você acha importante trabalhar em sala de aula o preconceito e as práticas discriminatórias?



Fonte: elaborado pelo autor.

O resultado teve um percentual de 100% de concordância do público-alvo da pertinência de se tratar durante as aulas a discriminação e o preconceito. O respeito à diversidade no ambiente educacional deve incluir as minorias sexuais, nesta discussão, pois o preconceito e a discriminação se contrapõem à construção de uma sociedade igualitária. Para Gomes *et al.* (2008) o preconceito omite e provoca no espaço de aprendizagem jovens LGBTQIA+ imperceptíveis na condição de cidadãos, mas vistos para os atos de desrespeito. O espaço escolar precisa propiciar e conceber ensinamentos sobre noções de identidade dos indivíduos, distanciando-se das concepções biológicas dos sujeitos.

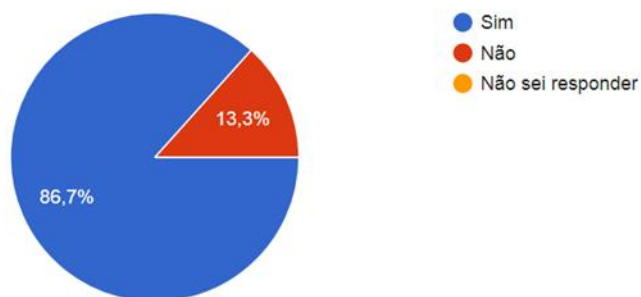
Neste contexto, enfatiza-se a Pesquisa Juventudes e Sexualidade realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2004, com a participação de 13 capitais brasileiras, envolvendo estudantes dos ensinos fundamental e médio, pais, docentes e demais funcionários e funcionárias da escola, em instituições educacionais públicas e privadas.

Dentre as vertentes desta pesquisa é abordada a discriminação contra os homossexuais nas escolas, a partir das informações coletadas é possível perceber pelos relatos que o professorado tem conhecimento de tal fato, alguns relatam as dificuldades de se trabalhar o respeito à homossexualidade com os estudantes, pois estes sujeitos sempre trazem o assunto para a gozação. Outros casos mostram o/a docente omisso e alheio às situações de discriminação aos homossexuais no ambiente escolar. Este estudo também relata aqueles e aquelas docentes que tendem a desenvolver certa cumplicidade com as discriminações e preconceitos aos

homossexuais, quando acreditam que expressões preconceituosas vindas do alunado sejam vistas como brincadeiras ou irrelevantes (UNESCO, 2004).

Desta forma, a escola deve atentar-se às formas sutis de discriminação e preconceito às diferenças sexuais, envolvendo a comunidade escolar no processo de reconhecimento e respeito à diversidade sexual nos ambientes educacionais. Adiante, o gráfico 5 teve como objetivo perceber se o corpo docente têm conhecimento sobre as práticas de discriminação e preconceito no espaço escolar.

Gráfico 5 – Em sala de aula ou no intervalo de aula, você já presenciou alguma situação, em que um (a) aluno (a) foi alvo de preconceito ou discriminação, por apresentar comportamento distinto do considerado culturalmente correto (heterossexual)?



Fonte: elaborado pelo autor.

O resultado obtido foi um percentual de 86,7% dos/as participantes, afirmando que já presenciaram atitudes de desrespeito a algum estudante durante a aula ou no intervalo, por não apresentar comportamento heteronormativo, já 13,3% do público-alvo informaram que não vivenciaram estas experiências na escola. A realidade nos mostra que o alunado por não se adequar ao modelo normativo heterossexual estão sujeitos a intimidações ou violências físicas ou psíquicas no espaço escolar, por serem sexualmente diferentes.

De acordo com Manzini *et al.* (2012) a realização de ações no ambiente escolar é capaz de favorecer a construção de preceitos sociais afirmativos, no intuito de formar, gradativamente, um espaço social comprometido com os valores à diversidade e o respeito ao próximo. Ainda, segundo a autora, a internalização nas crianças de ensinamentos de reciprocidade nas relações interpessoais impediria atos de agressão e bullying no meio educacional.

A comunidade escolar não pode esquivar-se da compreensão de o preconceito e a discriminação afronta a diversidade seja social ou sexual e que não exista um problema a ser resolvido. Nesta percepção, Abreu Branco, Freire e

González (2012) consideram o âmbito educacional um local priorizado para desconstruir qualquer preconceito, pois é no processo social e cotidiano que estes são produzidos ou desconstruídos e é intensificado, bem como ganham novos significados, são vencidos ou desestruturados.

As autoras, também, ressaltam que o longo processo de escolarização possibilita uma enorme capacidade às escolas para realizar transformações nos modelos sociais e culturais, contribuindo para a formação humana de maneira mais equitativa.

Neste sentido, na próxima questão buscou-se analisar se o público-alvo achava importante inserir nas ações pedagógicas a temática da pluralidade sexual, logo, perguntou-se: *No seu ponto de vista, a escola deve incluir nas atividades escolares, discussões sobre a diversidade sexual? (caso não esteja abordando sobre este assunto)*. A resposta obtida foi um percentual de 93,3% do corpo docente afirmando a relevância de se trabalhar o tema nas práticas de ensino, enquanto 6,7% se posicionaram contra a inclusão da discussão nas ações da escola.

Diante do exposto, verifica-se que a maioria dos/as participantes no estudo compreendem que a temática diversidade sexual deve estar presente no espaço escolar, mas que os resultados apontam que este assunto não é abordado pelo professorado em sala de aula, bem como a escola não desenvolve ações neste sentido. Além destas constatações ainda podemos mencionar o fato dos educadores e das educadoras terem conhecimento de atos de desrespeito aos estudantes sexualmente diversos.

O tema da diversidade sexual nas escolas rurais pesquisadas ainda é um conteúdo pouco discutido, mas que existe a intenção do professorado em obter conhecimentos sobre o assunto. Diante deste cenário, nos é revelada a realidade do público-alvo da pesquisa e uma questão fundamental que já está explícita nas respostas apresentadas, mas que aprofunda nosso entendimento quanto às demandas do corpo docente para os ambientes de aprendizagem analisados. Esta pergunta se estruturou da seguinte forma: *Você percebe que é necessário aos educadores/as da escola um curso de capacitação/roda de conversa com profissionais (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, etc.), para esclarecer ou tratar de questões relacionadas a sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual dos alunos?*

O resultado demonstra um percentual de 93,3% do pessoal docente confirmando a necessidade de preparação para dialogar sobre as questões que versam sobre a diversidade sexual e um percentual de 6,7% que acham dispensável esta atividade. Deste modo, o reconhecimento da necessidade de aprimoramento profissional para se trabalhar as questões do universo sexual nos apresenta um movimento favorável para o diálogo da diversidade sexual na formação educacional.

Dando continuidade, interrogou-se aos educadores e às educadoras sobre as ações que gostariam que fossem implementadas pela secretaria de educação, pelos gestores da escola e pelos demais colegas em relação ao tema da diversidade sexual. As respostas versaram sobre a implementação de planejamentos semanais para debater o tema da diversidade sexual, a participação de especialistas para discutir a temática na escola, bem como uma abordagem do assunto através da realização de rodas de conversa para os estudantes e os pais, palestras, eventos, cursos, formações, orientações, capacitações, oficinas, projetos pedagógicos, diálogos direcionados para a discriminação, preconceito e conscientização sobre a sexualidade, além da inclusão do tema diversidade sexual no plano pedagógico da instituição e da necessidade desta abordagem ocorrer de forma aberta a fim de evitar preconceitos e a evasão escolar do alunado. Ainda, dentre as sugestões redigidas, podemos mencionar:

Incluir estes conteúdos no currículo escolar das disciplinas. (LINDOMAR, 2021).

Palestras com profissionais capacitados no assunto. E que a escola tenha um projeto para se trabalhar a diversidade sexual, para que o assunto seja abordado em todas as disciplinas, sempre que haja necessidade, que exista sempre um diálogo com o alunado. (CORA CORALINA, 2021).

[...] trabalhos extraclasse como teatro, produção de letras de música (produção de texto). (DX10, 2021).

Neste sentido, as considerações elencadas mostram que a diversidade sexual é um tema importante a ser discutido e esclarecido no ambiente escolar, para contribuir nas ações contra o preconceito e a discriminação e a inclusão de pessoas sexualmente diversas, além da necessidade de tornar-se um tema pertencente ao cotidiano da escola.

Por fim, foi solicitado aos respondentes opiniões sobre conteúdos e assuntos que poderiam ser abordados, caso fossem ofertados cursos ou capacitações sobre a temática diversidade sexual, direcionada aos professores e professoras. As propostas indicadas abrangem temas como orientação sexual, igualdade de direitos,

ISTs, gravidez na adolescência, identidade de gênero, abordagem sobre acolhimento e a aceitação de jovens sexualmente diversos, os anseios, as relações com a família e a sociedade, direitos e liberdade sexual. A seguir, destacam-se outros fragmentos.

O combate ao preconceito e orientações sobre como trabalhar a diversidade sexual em sala de aula. (CALEB, 2021).

Respeito as diversidades, gravidez precoce [...] métodos preventivos. (MARYSOUZA, 2021).

Diversidade sexual, questão de gênero. (BASTOS, 2021).

Diferenças sobre ambos os temas (diversidade, orientação sexual e gênero), discriminação tanto nas ruas como em casa, apoio aos pais e alunos. (LANA, 2021).

Neste contexto, as escolas rurais analisadas apresentaram várias demandas que envolvem as questões da sexualidade, bem como a necessidade de se implementar a educação sexual na comunidade escolar. No que diz respeito à diversidade sexual percebe-se, através das respostas, que o público-alvo almeja avançar nas discussões e propõe estratégias diversas para se consolidar esta nova cultura no espaço escolar.

Para Seffner (2009) ao estudar a organização de atividades que colaborem para assegurar a efetividade da inclusão da temática diversidade sexual nas escolas e do acolhimento e continuidade dos públicos sexualmente diversos, nestes espaços, é preciso atentar-se para algumas questões, como: o espaço escolar designar educadores e educadoras dispostos/as a trabalhar o âmbito da diversidade sexual com estudantes, considerar que a instituição educacional é um ambiente público e isento de posicionamentos e preceitos religiosos sobre a sexualidade, que a inserção da proposta da diversidade sexual e os assuntos correlacionados com este tema devem ser oficializados nos documentos da instituição, a exemplo do PPP; que pela complexidade das temáticas que cercam a pluralidade sexual é preciso que o corpo docente tenha material pedagógico apropriado, participe de capacitações, atividades e adquira conhecimentos com demais profissionais em eventos e por fim, deve-se incentivar o diálogo entre o alunado sobre as múltiplas formas de vivência da sexualidade para se consolidar o reconhecimento e respeito às diferenças.

Neste contexto, Gomes *et al.* (2008) sugere uma reflexão a respeito da educação na sexualidade pautada na afetividade que priorize modificações no exercício da docência e que seja capaz de mudar opiniões e sentimentos, assim

como táticas para se viver democraticamente e respeitosamente, pela permanência da tolerância e a eliminação da discriminação. E ainda ressalta que é indispensável que a educação afetivo-sexual promovida pelo professorado esteja inserida nos planos de trabalho, pois estes são mecanismos para superar as intolerâncias e os preconceitos. Desta maneira, considera-se que a formação e prática docente tem o desafio de inserir no cotidiano da escola a educação afetiva e sexual para contribuir na emancipação dos sujeitos e na transformação social dos alunos e das alunas.

Além da aplicação do questionário ao pessoal docente, a análise dos dados incluiu a verificação documental de instrumento oficial utilizado nas escolas. O propósito de analisar o PPP das instituições educacionais teve o objetivo de identificar elementos ou temáticas relacionadas à diversidade de gênero e sexual, considerando-se que o Projeto Político-Pedagógico “se constitui em documento imprescindível para direcionar, política e pedagogicamente, o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais da escola.” (CAMARGO; FLACH, 2015, p. 58).

Neste contexto, o PPP da unidade escolar Inocêncio Pereira de Carvalho salienta, na fundamentação teórica, a utilização dos temas transversais na proposta pedagógica para o ensino fundamental. Já na subseção 2.3 *Estrutura Curricular*, tem-se os “temas dos Projetos Educacionais”, dos quais nenhum faz referência à discriminação, preconceito, bullying ou respeito à diversidade. Dentre os objetivos, metas e ações propostas pela escola foram citadas atividades que contribuam para o conhecimento dos direitos e deveres como cidadão.

A respeito do PPP da Unidade Escolar Joaquim Horácio Ribeiro na sessão 8 *Do Ensino Fundamental*, após a explanação dos conteúdos curriculares oferecidos aos estudantes no decorrer do ano letivo, são mencionados os temas transversais e dentre eles a orientação sexual, referindo-se aos apontamentos previstos nos PCNs.

Ambas as escolas incluem nos objetivos, metas e ações a proposta de se trabalhar o respeito ao próximo e a si mesmo a fim de eliminar atitudes agressivas e falta de disciplina no meio escolar. Assim, tanto os resultados apontados pelo questionário quanto a observação dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições educacionais nos apontam a carência de ações direcionadas para a temática diversidade sexual e assuntos relacionados a educação sexual nas atividades escolares.

8 PRODUÇÃO DA CARTILHA *CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO*

A proposta de elaboração de uma cartilha, destinada ao público-alvo da pesquisa, isto é, para docentes que lecionam no ensino fundamental em escolas rurais, foi sendo planejada com a argumentação de ser um material de fácil acesso e com informações que pudessem ser úteis para as práticas de ensino.

O objetivo deste material foi disponibilizar um melhor entendimento e/ou conhecimentos sobre a diversidade sexual, bem como apresentar conceitos básicos para uma comunicação clara e compreensiva sobre o assunto abordado, no intuito de ressaltar a importância da escola no processo de construção dos saberes, bem como contribuir para que haja uma relação harmoniosa e respeitosa com os diversos públicos que possam existir no ambiente de aprendizagem.

Para a elaboração do conteúdo da cartilha contou-se com a colaboração dos seguintes profissionais da educação: Ana Risélia Sousa Ferreira - Assistente Social e Itamar Soares Oliveira - Pedagogo, ambos da UNIVASF, campus Serra da Capivara e a Natália Serafim da Silva - Psicóloga da Universidade Federal do Pará (UFPA). Houve também apoio informacional do SIBI/UNIVASF.

O material produzido contempla textos curtos, ilustrações coloridas, linguagem clara e objetiva, bem como apresenta informações atualizadas e conhecimentos acadêmico-científicos. Vale ressaltar, que após a conclusão da escrita da cartilha foi realizada a revisão da língua portuguesa e adequações nas ilustrações ao conteúdo por um editor.

Dentre os tópicos apresentados na cartilha temos informações sobre a sigla LGBTQIA+, explanações a respeito da identidade e expressão de gênero, sexo biológico e orientação sexual, contendo ilustração que pode ser utilizada nas atividades escolares para elucidar o assunto aos discentes. Ao manusear este material, os/as professores/as também encontram considerações a respeito do uso de expressões mais adequadas ao lidar com os públicos sexualmente diversos e sobre as práticas discriminatórias que possam existir no âmbito escolar.

Por conseguinte, se torna relevante mencionar também assuntos como o uso do nome social para o processo de inclusão da diversidade no ambiente escolar, além de sugestões de ferramentas pedagógicas que possam contribuir para as

práticas de ensino no que se refere às temáticas da sexualidade e à diversidade sexual para as aulas de educação sexual.

Por fim, o material informacional apresenta uma relação de datas comemorativas relacionadas aos movimentos sociais a favor da diversidade sexual, que pode ser instrumento pedagógico para os educadores e as educadoras tratarem da inclusão das diferenças no espaço de aprendizagem e estimularem a cultura de novos eventos no calendário escolar. Além disso, foram inseridas sugestões de sites, materiais de consulta e alguns artigos que estão presentes nas referências desta pesquisa, além de contatos úteis para enfatizar ao público leitor a importância de utilizar os canais de comunicação para a preservação dos direitos humanos e da dignidade de cada um.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por séculos, a heterossexualidade é considerada o padrão social aceitável para a formação social brasileira. A permanência desta normatização foi sendo incorporada culturalmente como o caminho correto a ser seguido. Deste modo, as categorias de indivíduos que não estão ajustadas à ordem e moralidade social se encontram à margem de direitos e liberdades sexuais.

O reconhecimento da diversidade sexual no país percorre variados âmbitos sociais por se tratar de um assunto que surge no campo da intimidade e se torna necessário discuti-lo e publicizá-lo, seja no aspecto reivindicatório de direitos ou assegurar o respeito às pessoas que se consideram sexualmente diversas.

Na luta por direitos sexuais e pela equidade de oportunidades, as minorias sexuais não podem ser invisibilizadas do convívio social e nem dos espaços de aprendizagem. No sistema educacional, as diferenças contribuem para a transformação social e emancipatória dos sujeitos, assim, a legitimação da diversidade sexual na escola é um processo de aceitação que envolve o diálogo, a reflexão, a tolerância e a inclusão da pluralidade sexual nas práticas pedagógicas.

Na conjuntura atual, o vasto campo da sexualidade não se limita a concepções biológicas e reprodutivas do corpo, pois este termo avança em discussões no âmbito da afetividade e das variadas maneiras de se relacionar sexualmente. No âmbito educacional falar sobre o universo da sexualidade é educar e, através deste processo, transmitir informações que possam contribuir para a formação consciente e respeitosa de maneira mútua entre os/as estudantes.

Infelizmente, as barreiras sociais e culturais que são sustentadas pelos padrões heteronormativos tentam provocar o silenciamento dos debates em torno da diversidade sexual no ambiente escolar. Estas ações representam um retrocesso aos direitos adquiridos pelas minorias sexuais e reforçam a intolerância às diferenças no meio social.

A garantia de políticas educacionais que contemplem os públicos sexualmente diversos é um relevante passo para se eliminar os preconceitos e as práticas discriminatórias e contribuir para a permanência destes indivíduos no ambiente escolar. O direito social de obter conhecimentos através de uma instituição de ensino oportuniza a cada jovem o desenvolvimento de valores, atitudes e

comportamentos para a prática cidadã, respeitando e valorizando a multiplicidade sexual de cada indivíduo.

A implementação no currículo escolar da educação sexual ou orientação sexual é a oportunidade de exercer o diálogo sobre temáticas sociais que tragam reflexões sobre posturas preconceituosas e possam contribuir para o rompimento com valores culturais predominantes que incitem a exclusão social/sexual de certos grupos minoritários. O papel do/a educador/a que trabalha nas aulas com a diversidade é distanciar-se dos padrões regulatórios que influenciam o modo de entender a sexualidade e transmitir conhecimentos que estão diretamente relacionados com o cotidiano do alunado e na compreensão e aceitação das formas pluralistas das relações afetivo-sexuais.

A transformação do ambiente de aprendizagem no que se refere à implementação de uma educação para a diversidade envolve a comunidade escolar, desde as mudanças de posturas para o desenvolvimento das atividades cotidianas, na organização das disciplinas e conteúdos, bem como no planejamento de todo o processo de ensino. Na educação rural o corpo docente, ao buscar alternativas para inserir as temáticas sobre a sexualidade no espaço escolar, devem atentar-se para os valores sociais e culturais da comunidade escolar do qual estão inseridos, neste processo de ensino, para que ocorra um diálogo construtivo entre a educação formal e a informal.

Os resultados deste estudo demonstraram que a diversidade sexual e os assuntos correlacionados a esta temática necessitam ser trabalhados ou aprofundados nos espaços de aprendizagem. Este fato justifica-se pela ausência destes assuntos no cotidiano das escolas e porque somente alguns/as docentes tiveram a oportunidade de receberem orientações de como abordar estes temas na prática docente. Deste modo, pode-se inferir sobre a pouca adesão do pessoal docente em inserir no plano de trabalho as temáticas que envolve a sexualidade.

No que tange às ações das escolas para se trabalhar o respeito às diferenças sexuais, ainda é preciso que se estabeleça projetos direcionados ao reconhecimento dos públicos diversos, além da necessidade de se ampliar a compreensão de que o bullying homofóbico é um assunto que deve ser debatido e inserido nos planos de ensino e nas ações educativas quando o assunto é o respeito ao próximo.

O tema da diversidade sexual é percebido pelo professorado como uma temática relevante a ser incluída nas práticas de ensino, assim, entende-se a

viabilidade e aceitação nas práticas pedagógicas, mas se confirma a necessidade de preparação para desempenhar atividades que envolvem o universo da pluralidade sexual. Desta forma, a capacitação destes/as profissionais para lecionar sobre a diversidade favorece o desenvolvimento de habilidades para um melhor desempenho nos conteúdos a serem ministrados.

No questionário aplicado, as reflexões sobre as propostas que supostamente poderiam ser abordadas sobre a diversidade sexual por meio de atividades ou projetos na escola evidenciam a existência de múltiplos mecanismos para se implementar estas ações, além de trazer uma discussão de forma abrangente destinada à comunidade escolar como um todo. Já a análise aos PPP das escolas nos mostram a ausência sobre as questões que envolvem a diversidade e a sexualidade. Neste contexto, o projeto político pedagógico é uma ferramenta que pode fomentar o debate em torno da diversidade sexual e do planejamento de questões sobre a sexualidade no decorrer do ano letivo. Em suma, compreende-se que o ensino da diversidade sexual e os assuntos que envolvem o universo da sexualidade podem ser discutidos e realizados nas atividades educativas, pois estão inseridas nas normativas propostas para o aprendizado na educação básica, bem como são temáticas sociais presentes no cotidiano dos educandos e das educandas.

Por fim, ressalta-se que durante a trajetória deste trabalho, a pandemia inviabilizou a pesquisa de campo, da qual seria necessária para ser melhor observada a realidade investigada. Desta forma, tem-se uma lacuna neste estudo no que se refere a análise da percepção do corpo docente, de forma mais aprofundada, em relação a temática da diversidade sexual no meio educacional rural. Se torna necessária a realização de outras pesquisas com o uso de recursos metodológicos-analíticos para examinar a percepção dos/as educadores/as no intuito de identificar a conduta de incluir/excluir o ensino da diversidade sexual nas escolas rurais.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **História de Luta**. Disponível em: <https://tinyurl.com/s6k4jswd>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de; FREIRE, Sandra Ferraz de Castillo Dourado; GONZÁLEZ, Alia Maria Barrios. Ética, desenvolvimento moral e cultura democrática no contexto escolar. In: ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012. cap. 1, p. 21-49.

ALMEIDA, Edson Leandro de. **Escola sem homofobia**: a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Educação da UFRPE, Recife, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/8n47mau8>. Acesso em: 6 abr. 2021

ALVES, Carmem Dolores. **Parceria público-privada como política pública educacional e a diversidade étnico-racial**. 2019. 235f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18988>. Acesso em: 13 abr. 2021

ALVES, Shilton Paes Ribeiro. **“Os anos de chumbo” e a arqueologia dos espaços escolares de São Raimundo Nonato- Piauí**. 2018. 147f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2836jcz8>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ARAÚJO, José Aélson Pereira de; RIVERA, Carolina Quarteu. O reconhecimento do casamento de casais com sexualidades fora da norma: do projeto de lei nº 1.151 de 1995 à resolução nº 175 de 2013. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS DIFUSOS, 1., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/3tesftpf>. Acesso em: 17 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/hrykdftd>. Acesso em: 25 dez. 2020.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167,

abr./jun. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ecpuvmvn>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BIANCON, Mateus Luiz; MAIA, Jorge Sobral da Silva; COSTA, Priscila Carozza Frasson. A diversidade sexual: uma análise dos livros didáticos encontrados em duas escolas estaduais de um município do norte pioneiro do Paraná. *In*: MAIA, Jorge Sobral da Silva; BIANCON, Mateus Luiz. (Orgs.). **Educação das relações de gênero e em sexualidades**: reflexões contemporâneas. Curitiba: Appris, 2014. p. 191-202.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão de Produção Cultural) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2dfz8f4k>. Acesso em: 15 nov 2020

BRAGA, Denise da Silva. **Heteronormatividade e sexualidades LGBT**: repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/czd2hfyn>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xtjf5tf>. Acesso em: 21 abr. 2020

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/76w85rsx>. Acesso em 25 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: <https://tinyurl.com/5c5b3rr9>. Acesso em: 20 abr. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/d4kvtwch>. Acesso em: 11 maio 2021

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/hzka3ubc>. Acesso em: 12 abr. 2021

BRASIL. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de

conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <https://tinyurl.com/4cy6t7tm>. Acesso em: 20 abr. 2020

BRASIL. Poder Legislativo. Projeto de Lei nº 867, de 23 de março de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". **Projetos de Lei e Outras Proposições**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/274b9jdk>. Acesso em 25 ago. 2021.

BRASIL. Poder Legislativo. Projeto de Lei nº 1.151, de 26 de outubro de 1995. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/yz4hadh9>. Acesso em 15 abr. 2021.

BRASIL. Poder Legislativo. Projeto de Lei nº 7.180, de 24 de fevereiro de 2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Projetos de Lei e Outras Proposições**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/ypd4rj4x>. Acesso em 25 ago. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-1). *In: Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. p. 187 – 202. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e9tsnj7>. Acesso em: 10 abr. 2020

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-2). *In: Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. p. 203 - 226. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e9tsnj7>. Acesso em: 12 abr. 2020

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)**. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. p. 187 – 202. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e9tsnj7>. Acesso em: 14 abr. 2020

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CADERNO GLOBO 12. **Corpo**: artigo indefinido. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/wdueec7y>. Acesso em: 20 mar. 2021

CAMARGO, Francielle; FLACH, Simone de Fátima. Relações entre Autonomia e Projeto Político-Pedagógico de Escolas Públicas. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 25, n.48, p. 54-66, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/zy7dtvj8>. Acesso em: 19 maio 2021.

CARRARA, Sergio *et al.* **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. (Caderno de atividades). Disponível em: <https://tinyurl.com/5fa946xa>. Acesso em: 10 mar. 2021

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e Diversidade Sexual**. Um Glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/didaticos/genero-e-diversidade-sexual-um-glossario>. Acesso em: 7 maio 2021

CAVALEIRO, Maria Cristina. A sexualidade é política: heterossexualidade compulsória e lesbofobia nas escolas. *In*: MAIA, Jorge Sobral da Silva; BIANCON, Mateus Luiz. (Orgs.). **Educação das relações de gênero e em sexualidade: reflexões contemporâneas**. Curitiba: Appris, 2014. cap. 14. p. 265-283.

CERINO, Elizabeth Gomes da Silva *et al.* Diversidade Sexual e a Família na Casa da Menina e do Menino de Bayeux. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 265-274.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/ej4ccb5t>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2004. 351f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/de7nwthx>. Acesso em: 30 mar. 2021

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Consulta referente à orientação para a correta aplicação da CID, questão a que interessa o pleito formulado pelo auto-denominado "GRUPO GAY DA BAHIA". **Parecer n° 05/1985**, de 29 de janeiro de 1985. Disponível em: <https://tinyurl.com/e8w9j3t8>. Acesso em: 10 abr. 2020.

COUTO, Edvaldo Souza. **Transexualidade: o corpo em mutação**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. **Revista de Estudos Brasileños**, Salamanca, v. 7, n. 14, p. 49-61, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2wtvzu9z>. Acesso em 11 abr. 2021

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Organização das Nações Unidas (Paris). 1948. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4yebt8k>. Acesso em 9 abr. 2020

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: revista de estudos gays, Natal, v.3, n.4, p. 131-158, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/2yshn9rx>. Acesso em: 14 nov. 2020

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. (Org). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. (Caderno Temático 11). Disponível em: <https://tinyurl.com/addcmfhs>. Acesso em: 14 nov. 2020

FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de; GOELLNER, Silvana Vilodre; SOUZA, Jane Felipe de. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 31-45. Disponível em: <https://tinyurl.com/83hv4wek>. Acesso em: 27 maio 2021.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, Abr. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7yuwhpw>. Acesso em: 30 mar. 2021

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009. p. 141-171. Disponível em: <https://tinyurl.com/fbny3chs>. Acesso em: 18 maio 2021

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a História da Educação Sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances** - Estudos sobre Educação, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 123-133, set. 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/2e9zcnue>. Acesso em: 16 maio 2021

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/3avynptm>. Acesso em: 18 mar. 2021

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/my4up26p>. Acesso em 25 nov. 2020

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/a56v6tx9>. Acesso em: 27 mar. 2021

GOMES, Conceição de Maria dos Santos *et al*. Combate à homofobia e a promoção da educação afetivo-sexual no ensino médio. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.).

Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 275-288.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Tear:** Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.8, n.1, p. 1-20, jul. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rz9rjrb>. Acesso em: 22 mar. 2021

GONTIJO, Fabiano de Souza. Sexualidade e ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? **Vivência:** Revista de Antropologia, Natal, v. 1, n. 45, p.145-158, nov. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/sm4wvmys>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GOOGLE MAPS. **São Raimundo Nonato (Piauí)**. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/kb7bdpdp>. Acesso em: 23 abr. 2021

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/2csnwwyn>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GOUVEIA, Raimundo Cândido; ISMAEL, Eliana Costa; CAMINO, Leôncio. Equidade de gêneros e diversidade sexual: propostas para uma sociedade mais justa. *In:* GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação:** conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 79-92

GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, p. 17-38, set. 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/3p84j74b>. Acesso em: 26 mar. 2021

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Educação não sexista e não homofóbica - um caminho de múltiplas mãos na construção de um projeto educativo. *In:* GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação:** conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 38-51

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de Menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2019. Coleção Papyrus Debates.

IBGE. **População estimada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ha6bfrh>. Acesso em: 23 abr. 2021

IDEB. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Escolas de São Raimundo Nonato (Piauí)**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2j4u56xv>. Acesso em 21 abr. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/txxw2adc>. Acesso em: 23 abr. 2021.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Memórias da Ditadura. São Paulo: [s.n.], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/48627utn>. Acesso em: 19 mar. 2021

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento da homofobia no contexto escolar. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 217-233

LAMPIÃO DA ESQUINA – edição zero. Rio de Janeiro: Lampião, Edição experimental, n. 0, abr. 1978. Disponível em: <https://tinyurl.com/64jvr6v7>. Acesso em: 7 março. 2021.

LAMPIÃO DA ESQUINA – edição 37. Rio de Janeiro: Lampião, ano 3, n. 37, jun. 1981. Disponível em: <https://tinyurl.com/9327m7w3>. Acesso em: 7 março. 2021.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/83cncpy8>. Acesso em: 15 mar. 2021

LIRA, Andreia; JOFILI, Zélia. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes?. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 22-41, abr. 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/p85ejdxt>. Acesso em 15 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <https://tinyurl.com/yz2dm5fj>. Acesso em: 9 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/hjk4mwkr>. Acesso em: 9 mar. 2021

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. *In*: ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 125-155

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. p. 35-62. Disponível em: <https://tinyurl.com/yy3kh8e3>. Acesso em: 28 maio 2021.

MANZINI, Raquel Gomes Pinto *et al.* A questão do bullying: prevenção da violência e promoção da cultura da paz. In: ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012. cap. 12, p. 311-327.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires *et al.* Sexualidades e Bullying Homofóbico na Escola. **Intersaberes**. [S.l.], v. 14, n. 32, p. 445-472, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/s92dsrba>. Acesso em: 05 fev. 2021

MARTINS, Rone Rosa; CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. Diversidade sexual e de gênero no contexto escolar: conceitos, políticas públicas e função da escola. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 16, n. 34, p. 128-138, fev./ jul. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/esdudx7h>. Acesso em: 14 maio 2021.

MAZZON, José Afonso. (Coord.). **Projeto de Estudo Sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, Organizadas de Acordo com Áreas Temáticas, a saber, Étnico-Racial, Gênero, Geracional, Territorial, Necessidades Especiais, Socioeconômica e Orientação Sexual**. São Paulo: FIPE/MEC/INEP, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/86c79r8w>. Acesso em 25 dez. 2020

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p.1-14, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/96fr3cxm>. Acesso em: 6 abr. 2021

MONICA, Eder Fernandes. A hegemonia do discurso liberal sobre direitos homossexuais no STF. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 1358-1390, jun./set. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3aemhbb9>. Acesso em 8 abr. 2021.

MOTT, Luiz. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v.1, n.1, p. 1-15, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/yrvw6dus>. Acesso em: 9 maio 2021

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/rc2nk9bf>. Acesso em 14 abr. 2021

MOTT, Luiz. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./maio 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/hvb4cjhe>. Acesso em: 17 mar. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.01, p.125-152, jan./mar.2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/t5tnbfa4>. Acesso em: 5 abr. 2021.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. p. 173-189. Disponível em: <https://tinyurl.com/fbny3chs>. Acesso em: 18 maio 2021.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. *In*: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 43-58. Disponível em: <https://tinyurl.com/zaxmzpm9>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8mkh5ua>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIMO, Izabelle Cristina de Medeiros. **Produção de sentidos sobre diversidade sexual por jovens rurais**. 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/zrh5khjk>. Acesso em: 22 mar. 2021

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/nx2j2cat>. Acesso em: 06 maio 2020.

RABAY, Gloria. Produção teórica feminista e as principais críticas ao conceito de gênero. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 67-78

RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. Gênero e Diversidade na Escola: notas para a reflexão da prática docente. *In*: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. (Orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 401-420.

RODRIGUES, João Batista de Felipe. Uma análise discursiva de entrevistas com mulheres transexuais refugiadas residentes em Manaus. *In*: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. (Orgs.). **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos**. Curitiba: IBDSEX, 2020. (Coleção Livres & Iguais). Disponível em: <https://tinyurl.com/4t6s8b9z>. Acesso em: 1 mar. 2021

ROSA, Aruanã Emiliano Martins Pinheiro. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a liberdade de orientação sexual: interpretação do caso brasileiro. *In*: Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em

mudança no século XXI, 1., 2015, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e2hftzc>. Acesso em 11 abr. 2020

SANTANA, Alba Cristhiane; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. A ética da diferença: vozes e silêncio na formação de professores. In: ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 67-93.

SANTOS, Christiano Jorge; GARCIA, Cristina Victor. A criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v.5, n.2, p. 294-317, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3phz3e8w>. Acesso em 7 abr. 2021.

SARMENTO, Sandra Soares. **Sexualidade, Psicanálise e Educação**. São Paulo: Chiado, 2016.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 125-139. Disponível em: <https://tinyurl.com/h8zfcntz>. Acesso em 17 maio 2021

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **Diversidade sexual e inclusão social: uma tarefa a ser cumprida**. Franca: Lemos e Cruz, 2014.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynr8wmdh>. Acesso em: 7 maio 2021

SILVA, Gesivaldo dos Santos; SANTOS, Jordânia Café dos. Unidades de Medidas: um estudo dos saberes milenares dos agricultores da zona rural de São Raimundo Nonato. **Cadernos Cajuína**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 53-68, dez. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/5d4cduws>. Acesso em: 22 abr. 2021

SILVA, Kelly da. **Currículo e gênero: a sexualidade na formação docente**. Curitiba: Appris, 2015.

SILVA, Luciene Rocha; SANTOS, Arlete Ramos dos; SOUZA, Davi Amâncio de. Os desafios do ensino remoto na educação do campo. **Revista de Políticas Públicas e**

Gestão Educacional (POLIGES), Itapetinga, v. 1, n. 1, p. 40-65, set./dez. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/263bhk7e>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SOUSA FILHO, Alípio de. Orientação sexual: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 55-66

SOUSA, Valquíria Alencar de. A trajetória do Movimento Feminista na Paraíba. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 139-156

SOUZA, Luciana C. **Estrutura lógica de organização da pesquisa científica**: texto básico para auxiliar pesquisadores. Belo Horizonte : EdUEMG, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/76m5hkxe>. Acesso em: 07 maio 2020.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. *In*: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 6. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 11-23

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; CARVALHO, Marize Souza. A Extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação. **Cadernos do GPOSSHE Online**, Fortaleza, v. 2, n.1, p. 84-90, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/t27ns2f7>. Acesso em: 14 abr. 2021.

TERTO, Ângela Pires; SOUZA, Pedro Henrique Nascimento. De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v.5. n.7, p. 120-148, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/3rnrvxck>. Acesso em: 10 abr. 2020

UNESCO. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/2fwzddj8>. Acesso em: 22 maio 2021.

VALÉRIO, Adeisiane da Silva *et al.* Refletindo e reconstruindo o conceito de gênero no contexto escolar. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 300-315.

VARGA, Bretton A.; BECK, Terence A.; THORNTON, Stephen J. **Celebrating Stonewall at 50**: A Culturally Geographic Approach to Introducing LGBT Themes. *Social Studies*, [s. l.], v. 110, n. 1, p. 33–42, 2019. Disponível em: <http://search-ebscohost-om.ez21.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=135649648&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 1 set. 2020.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim: identidades, políticas e afetos.** São Paulo: Editora Schwarcz, c2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/2xynzw6t>. Acesso em: 9 abr. 2020

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Demandas Sociais em Políticas Públicas: estratégias de enfrentamento à violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p.198-213.

APÊNDICE A – Questionário Aplicado aos Educadores/as de Escolas Rurais

Considerando suas vivências cotidianas, no ambiente escolar, procure responder as questões conforme suas convicções sobre o assunto abordado. Não é preciso identificar-se.

Tema Central: Diversidade sexual na escola.

Definição: Diversidade Sexual são as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade. (Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual)

Identificação por pseudônimo:

Sugestões para criação do pseudônimo:

Nomes de personagens de obras literárias, autores ou filmes;

Grandes personalidades da história;

Apelidos;

Nomes artísticos;

Combinação de nomes: criar um nome e sobrenome;

O pseudônimo pode ser um nome que não esteja de acordo com seu gênero.

Exemplo: Um homem com pseudônimo de mulher

Pseudônimo: _____

Endereço de e-mail: _____

Qual Instituição Educacional você leciona?

Unidade escolar Joaquim Horácio Ribeiro

Unidade escolar Inocêncio Pereira de Carvalho

Qual (is) disciplina (s) você leciona na escola?

Sexo: Masculino Feminino Outro _____.

Idade: _____ anos

Religião:

Não tenho religião

Católica

Evangélica

Candomblé

Umbanda

Budista

Espírita

Outra: _____(especificar)

Qual sua orientação sexual?

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Assexual
- Pansexual
- Demissexual
- Outro: _____

Diga qual a sua identidade de gênero:

- Cisgênero (pessoas que se identificam com o mesmo gênero do nascimento)
- Transexual e/ou transgênero (pessoas que se identificam com o gênero distinto do nascimento)
- Não sei

Tempo de atuação no Magistério: _____

Em sua formação profissional, você já recebeu orientação sobre como trabalhar a Diversidade Sexual em sala de aula?

- Sim Não

Você já fez algum curso ou capacitação que abordasse questões como Sexualidade, Diversidade Sexual ou Identidade de gênero?

- Sim Não

Como educador (a), você se sente preparado (a) para resolver situações em sala de aula quando o assunto está relacionado a questões sobre diversidade sexual?

- Sim Não Não sei

Você já trabalhou em suas aulas a temática diversidade sexual, utilizando recursos diversos como, por exemplo, discussões a partir de imagens, debates de filmes, dinâmicas, roda de conversa com os alunos, etc.?

- Sim, já trabalhei
- Não trabalhei a temática diversidade sexual em sala de aula
- Não sei responder

No seu plano de trabalho, na escola, são contempladas aulas para tratar do tema educação sexual?

- Sim Não Não sei

Em sua opinião, a escola promove projetos/ações destinadas aos alunos tratando sobre respeito às diferenças sociais no que se refere à sexualidade, diversidade sexual ou identidade de gênero?

Sim Não Não sei

No seu ponto de vista, a escola desenvolve atividades de combate ao Bullying (agressões: verbal, física e/ou psicológica)?

Sim Não Não sei

Você acha importante trabalhar em sala de aula o preconceito e as práticas discriminatórias?

Sim Não Não sei

Em sua opinião, a escola trabalha, com os alunos, o respeito e a igualdade de direitos de cada indivíduo?

Sim Não Não sei

No seu ponto de vista, a escola deve incluir nas atividades escolares, discussões sobre a diversidade sexual? (caso não esteja abordando sobre este assunto)

Sim Não Não sei

Em sala de aula ou no intervalo de aula, você já presenciou alguma situação, em que um (a) aluno (a) foi alvo de preconceito ou discriminação, por apresentar comportamento distinto do considerado culturalmente correto (heterossexual)?

Sim Não

Você percebe que é necessário aos educadores da escola um curso de capacitação/roda de conversa como profissionais (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, etc.) para esclarecer ou tratar de questões relacionadas a sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual dos alunos?

Sim Não Não sei

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos temas transversais - Orientação Sexual, consta que “A escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa.” (BRASIL, 1998, p. 302).

Você concorda com esta afirmação?

Sim Não Não sei

Que ações você gostaria que fossem implementadas pela secretaria de educação, pelos gestores da escola e por seus colegas professores em relação ao tema da diversidade sexual?

Caso fosse ofertado um curso ou capacitação sobre a temática diversidade sexual direcionada aos professores, em sua opinião, quais conteúdos/assuntos poderiam ser abordados, a fim de esclarecer dúvidas sobre este tema?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
 Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGExR
 Câmara Interdisciplinar Temática I – Desenvolvimento & Políticas Públicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada *Diversidade sexual: horizontes e desafios enfrentados por educadores de escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI*. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Thyanne Michelle Ferreira Alves (e-mail: thyanne.michelle@gmail.com, contato telefônico: 87- 9 8833 2428), discente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGExR da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), localizado no Espaço Plural da Univasf, no endereço: BA 210 Km 04 – Rodovia Juazeiro/ Sobradinho, Bairro Malhada da Areia, Cep.: 48909-210 – Juazeiro/BA – Contato: (74) 3611-7206, e-mail: cpgexr@univasf.edu.br, site: <http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/> e está sob a orientação do Prof. Dr. Fúlvio Torres Flores. Também participa desta pesquisa o coorientador Prof. Dr. Alexandre Henrique dos Reis.

Informamos que o questionário está sendo aplicado, após consentimento, por escrito, da Gestora da escola em inserir a Instituição no estudo, bem como aprovação do projeto de pesquisa pelo Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte a pessoa que está lhe aplicando o questionário on-line, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, clique em “Li e concordo em participar da pesquisa” e baixe este Termo no final do documento, através do link.

Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A presente pesquisa tem por objetivos: analisar sobre a temática diversidade sexual e sua abordagem no âmbito escolar, pelos educadores nas práticas de ensino; identificar na escola a adoção de políticas ligadas ao respeito e a liberdade de expressão dos alunos sexualmente diversos.

A pesquisa tem como público-alvo professores que lecionam em turmas do Ensino Fundamental II, em duas unidades escolares rurais do município de São Raimundo Nonato-PI. Para obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa, será aplicado um questionário on-line, por meio de um link do google forms, enviado por email, aos participantes, com perguntas abertas e fechadas. Referente as perguntas abertas o participante tem a possibilidade de expor sua opinião sobre a temática abordada. O período de participação de cada respondente na pesquisa, fica condicionada a finalização do questionário on-line.

Após análise dos dados coletados nos questionários, apresentaremos aos participantes, os resultados obtidos pela pesquisa. Iremos disponibilizar às escolas participantes, o produto final da pesquisa, um exemplar de uma cartilha em formato impresso (elaborada por profissionais da Educação da Univasf), destinada aos educadores com o propósito de orientar, motivar e esclarecer sobre a importância de se discutir a temática da diversidade sexual no ambiente escolar e para a preservação do respeito as particularidades de cada indivíduo.

A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, contudo podem ocorrer riscos diretos aos participantes como desconforto em responder sobre uma temática que não seja compatível com os valores pessoais e culturais de algum respondente, assim, prejudicando de alguma forma os envolvidos na pesquisa e podendo interferir na condução das respostas.

Caso ocorra danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural dos participantes, os mesmos serão indenizados e/ou ressarcidos, bem como será garantido o acompanhamento e assistência gratuita, imediata, integral e pelo tempo que for necessário aos participantes da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGExR
Câmara Interdisciplinar Temática I – Desenvolvimento & Políticas Públicas

Em relação aos benefícios diretos e indiretos, o estudo apresentará informações pertinentes sobre a diversidade sexual nos espaços de aprendizagem formal, bem como novas perspectivas para as ações de políticas inclusivas de indivíduos sexualmente diversos nas escolas rurais.

Em relação as garantias éticas aos participantes da pesquisa, os educadores das escolas serão convidados a participar da pesquisa, após conhecimento da proposta do estudo e no questionário aplicado, a identificação será por pseudônimo.

Informamos que todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão ressarcidas. É garantido também o seu direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. É assegurado a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente os pesquisadores terão conhecimento dos dados fornecidos e nos comprometemos a mantê-los em sigilo ao publicar os resultados.

Os dados coletados nesta pesquisa, por meio do questionário on-line, ficarão armazenados em pastas de arquivos do *google drive* sob a responsabilidade da pesquisadora e do orientador desta pesquisa, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 05 anos. Caso tenha interesse em obter mais informações sobre a pesquisa, solicite aos pesquisadores do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

Vale ressaltar que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais conforme Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS). Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o CEP/UFRPE: Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos - CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br, ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

Vale ressaltar que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais conforme Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS). Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o CEP/UFRPE: Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos - CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br, ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

(assinatura do pesquisador)

APÊNDICE C – Cronograma de Execução

O cronograma proposto abaixo foi planejado para ser executado em 2 anos. No que se refere a coleta de dados, foi realizada após a aprovação do projeto de pesquisa no CEP e o cronograma será devidamente cumprido.

Quadro 1 – Atividades (2019-2021/24 meses)

meses/ atividades	Ago/ Set 2019	Out/ Nov 2019	Dez 2019	Jan/ Fev 2020	Mar/ Abr 2020	Maió/ Jun 2020	Jul/ Ago 2020	Set/ Out 2020	Nov/ Dez 2020	Jan/ Fev 2021	Mar / Abr 2021	Maió/ Jun 2021	Jul 2021
Revisão Bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Coleta de dados: Aplicação de questionário										x			
Análise e Interpretação										x	x		
Elaboração da redação								x	x	x	x	x	x
Elaboração da cartilha											x	x	x
Revisão da Redação												x	x
Qualificação										x			
Defesa da Dissertação													x

Fonte: elaborado pelo autor.

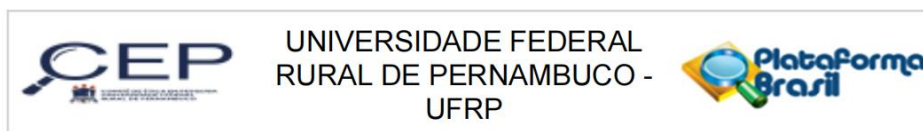
APÊNDICE D – Planilha Orçamentária

No quadro a seguir, consta as despesas a serem efetuadas durante a realização do Projeto. O orçamento é de inteira responsabilidade do pesquisador principal.

Quadro 2 – Orçamento financeiro para a realização da pesquisa

Identificação do Orçamento	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Material para Estudo - Bibliografias	Material Permanente	800,00
Gasolina	Material de Consumo	200,00
Material gráfico	Material Permanente	300,00
Projeto gráfico - cartilha	Material Permanente	300,00
Fonte: elaborado pelo autor.	Total em Reais (R\$)	1.600,00

ANEXO A – Comprovante de Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Diversidade sexual: horizontes e desafios enfrentados por educadores de escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI

Pesquisador: THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 38574620.7.0000.9547

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.461.332

Apresentação do Projeto:

O projeto versa sobre metodologias adotadas por educadores ao trabalhar a diversidade sexual em escolas rurais de São Raimundo Nonato-PI. Nesta pesquisa qualitativa, será adotado o estudo de caso como método para explorar o tema (diversidade sexual) na perspectiva de docentes que lecionam do 6º ao 9º ano, os quais serão convidados a responder um questionário eletrônico. Os resultados serão apresentados aos participantes e será elaborada uma cartilha com a pretensão de incentivar os docentes a promoverem a valorização e o respeito a minorias sexuais nas escolas.

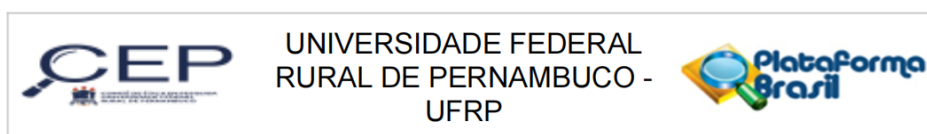
Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL- Analisar como educadores das escolas rurais do município de São Raimundo Nonato-PI estão trabalhando a diversidade sexual no ambiente escolar, bem como as ações que visam a inclusão dos discentes neste espaço e a partir desta análise, propor um produto que estimule os educadores a ampliar a promoção da liberdade de gênero nas escolas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(1)Elaborar uma cartilha como produto do trabalho de pesquisa abordando sobre as perspectivas que envolvem a diversidade sexual nas escolas do município de São Raimundo

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife CEP: 52.171-900
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)3320-6638 E-mail: cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 4.461.332

Nonato-PI, instigando os educadores a contribuírem para a consolidação na sociedade de uma cultura do respeito e da valorização a diversidade.

(2) Analisar o papel das escolas rurais do município de São Raimundo Nonato-PI diante das questões ligadas a diversidade sexual;

(3) Identificar a postura adotada pelos educadores em assuntos relacionados a sexualidade e orientação sexual dos alunos;

(4) Refletir sobre as causas de violência física ou verbal contra discentes no ambiente escolar em decorrência de preconceito por orientação sexual;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os autores relatam apenas o risco de constrangimento. Contudo, existem outros riscos envolvidos na pesquisa: contaminação pelo coronavírus, divulgação de dados confidenciais, cansaço físico, consumo do tempo, em decorrência do questionário proposto. Para minimizar os riscos, o questionário eletrônico será enviado por e-mail e os participantes poderão respondê-lo no momento mais conveniente e de maneira anônima. O estudo poderá beneficiar a sociedade e a unidade escolar envolvida na proposta com conhecimentos sobre a diversidade sexual nos espaços de aprendizagem formal e orientações sobre práticas contra o preconceito e a discriminação em relação a minorias sexuais. Com as precauções propostas para reduzir a ocorrência de danos aos participantes, a pesquisa apresentará um equilíbrio satisfatório entre riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

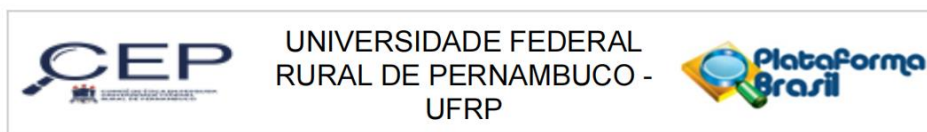
O projeto trabalhará uma temática de relevância social entre educadores da zona rural, os quais terão a possibilidade de se capacitar profissionalmente e tornar a escola um ambiente mais inclusivo para pessoas que vivem a sexualidade de formas alternativas. A pesquisadora incluiu na equipe de pesquisa os profissionais que irão auxiliar na realização do estudo mas não esclareceu como apresentará a pesquisa aos possíveis participantes, como coletará as assinaturas dos TCLEs (presencialmente ou virtualmente?) e como será a apresentação dos resultados obtidos, considerando um cenário de pandemia por COVID-19.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto, termo de confidencialidade e TCLE - Atendem a Resolução CNS 466/2012

Cartas de anuência - A pesquisadora apresentou novas cartas com datas de início da coleta de

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife **CEP:** 52.171-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3320-6638 **E-mail:** cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 4.461.332

dados postergadas.

Lattes – A pesquisadora anexou o currículo da colaboradora Ana Risélia Sousa Ferreira.

Projeto - A pesquisadora realizou ajustes na metodologia do projeto considerando a pandemia por COVID-19 e corrigiu o questionário.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

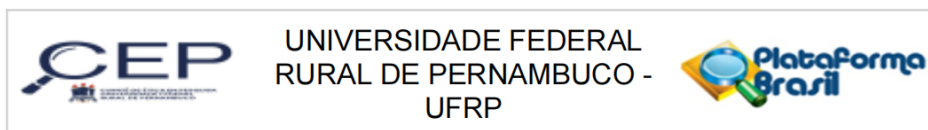
As pendências ou inadequações anteriores foram solucionadas pela pesquisadora.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1573282.pdf	07/12/2020 15:00:39		Aceito
Cronograma	CRON.pdf	07/12/2020 14:58:41	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Quest.pdf	07/12/2020 14:58:19	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Quest.pdf	07/12/2020 14:58:19	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	curric.pdf	07/12/2020 14:57:32	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Proj.pdf	07/12/2020 14:57:07	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Cart2.pdf	07/12/2020 14:56:42	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Cart1.pdf	07/12/2020 14:56:15	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	curr6.pdf	19/11/2020 16:28:46	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Curr5.pdf	18/11/2020 21:39:04	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Curr4.PDF	18/11/2020 21:37:57	THYANNE MICHELLE	Aceito

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife **CEP:** 52.171-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3320-6638 **E-mail:** cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 4.461.332

Outros	Curr4.PDF	18/11/2020 21:37:57	ALVES	Aceito
Outros	curri1.pdf	18/11/2020 21:34:30	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/11/2020 21:33:20	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Term.pdf	27/09/2020 15:31:57	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Curri3.pdf	24/09/2020 17:09:28	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Outros	Curri2.pdf	24/09/2020 17:08:46	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Folha de Rosto	Folha.PDF	24/09/2020 17:00:15	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	19/08/2020 14:31:31	THYANNE MICHELLE FERREIRA ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 14 de Dezembro de 2020

Assinado por:
MARIA AMORIM
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife **CEP:** 52.171-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3320-6638 **E-mail:** cep@ufrpe.br